

---N.º 4/2026 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE OITO DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.-----

---Aos oito dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu extraordinariamente, no seu Salão Nobre, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte: -----

-----ORDEM DE TRABALHOS-----

---PRIMEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ORGANIZAÇÃO INTERNA DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO NO ÂMBITO DA REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -

---SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA 3.ª OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA 1.º DIREITO/ PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR), INVESTIMENTO RE-C02-I01 - PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO - AVISO DE PUBLICAÇÃO 2.ª REPUBLICAÇÃO N.º 01/CO2-I01/2021 - COMPONENTE 02 – HABITAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO, COM A ÁREA DE 153,50 M2, SITA NA RUA ALBERTO SAMPAIO, DA FREGUESIA DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E CALENDÁRIO, DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, AFETAÇÃO DA MESMA AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO E AUTORIZAÇÃO DE PERMUTA. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---QUARTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, COM A ÁREA DE 16.640,80 M2, SITA NO LUGAR DE SAM, TRAVESSA SEBASTIÃO FERNANDES, FREGUESIA DE RIBEIRÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---QUINTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS, PARA EFEITOS DO DISPOSTO NOS N.OS 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---SEXTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA A INSTALAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE GONDIFELOS, PELO PRAZO DE CINCO ANOS, PELO VALOR ANUAL DE SEIS MIL EUROS, E APROVAÇÃO PARA EFEITOS DE AUTORIZAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, CONFORME DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---SÉTIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL CIM DO AVE - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E DE FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES EXERCIDAS AO ABRIGO DAS COMPETÊNCIAS DE AUTORIDADE DE TRANSPORTES, DE ACORDO COM A MINUTA ANEXA, BEM COMO A

RESPECTIVA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, DOS ARTIGOS 6.º, N.º 1, ALÍNEA C), DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, E 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---OITAVO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO PARA AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL PARA DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS, AO ABRIGO DO "ACORDO QUADRO PARA FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL" CNCM- AQ/67/2023, E AUTORIZAR E RATIFICAR A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, PARA EFEITOS DOS N.ºS 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---NONO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A DGAL 2027 - DISTRIBUIÇÃO DE VALORES ÀS FREGUESIAS, PARA EFEITOS DE AUTORIZAÇÃO, A PRESENTE PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DOS AUTOS DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---DÉCIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS - SERVIÇO DE CÓPIAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA

LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, BEM COMO PARA EFEITOS DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS AO “CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE SERVIÇO DE CÓPIAS”, DO PAGAMENTO DE 20€ POR ALUNO POR ANO LETIVO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.

(GRELHA E) -----

---DÉCIMO PRIMEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM DIVERSAS FREGUESIAS - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---DÉCIMO SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EXECUÇÃO DOS CONTRATOS COM AS FREGUESIAS E ESTORNOS DE VERBAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---DÉCIMO TERCEIRO PONTO - DESIGNAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO.-----

---A Mesa, presidida por Manuel João Fernandes de Nascimento e secretariada por Rui Miguel Pereira dos Santos e Taciana Luna Flores Novais, verificou a existência de “quórum” e assinalou as seguintes presenças e faltas:-----

---ADELINO SILVA COSTA -----FALTA JUSTIFICADA -----

Assembleia Municipal



---ANA CLÁUDIA MARQUES -----
---ANA MARGARIDA RODRIGUES VAZ VIEIRA -----
---ANA RAQUEL CORREIA DE CARVALHO -----
---ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO PINHO -----
---ANTÓNIO FRANCISCO COSTA OLIVEIRA -----
---ANTÓNIO JOAQUIM FERREIRA DA SILVA -----
---ANTÓNIO JOAQUIM GOMES FARIA -----
---ANTÓNIO JOSÉ DINIS PEREIRA -----
---ANTÓNIO MANUEL LEITÃO MACEDO VARELA -----
---BÁRBARA DANIELA FONTES DE SÁ -----
---BRUNO JOAQUIM TORRES PINHEIRO CUNHA -----
---BRUNO MIGUEL ARANTES DOMINGUES -----
---CAMILO MANUEL MAIA PINHEIRO -----
---CARLA SOFIA DE SANTANA AFONSO RIBEIRO FARIA -----
---CARLOS ALBERTO COSTA GOMES -----
---CARLOS ALBERTO VILAS BOAS CARVALHO -----
---CARMEN RODRIGUES ARAÚJO -----
---CLÁUDIA ISABEL NOGUEIRA ARAÚJO -----
---DANIELA FILIPA MACHADO TORRES -----
---DAVIDE JORGE RIBEIRO AZEVEDO SILVA -----
---DOMINGOS JOSÉ CARNEIRO FREITAS -----
---DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA -----
---EDGAR LUÍS LOPES MARINHO PINTO -----
---ELSA CRISTINA SALGADO LOPES -----
---FÁTIMA SANDRA SILVA MARTINS ARAÚJO -----

---FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA -----
---FERNANDO LUCAS SIMÕES VILELA -----
---FRANCISCO AMARO CAMPOS OLIVEIRA -----
---FRANCISCO ISMAEL MONIZ CARNEIRO -----
---FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES -----
---FRANCISCO RODRIGUES SÁ -----
---GUSTAVO HENRIQUE RAMOS DE OLIVEIRA LEMOS -----
---HUGO MIGUEL SOUSA MACHADO -----
---JAIME FRANCISCO REBELO SILVA -----
---JOÃO MIGUEL RAMALHO FONTES -----
---JOÃO PEDRO RODRIGUES DA FONSECA E CASTRO -----
---JOÃO PEDRO SAMPAIO DE ARAÚJO -----
---JOAQUIM AGOSTINHO DA SILVA FERNANDES -----
---JOAQUIM ALBERTO ROCHA FERNANDES -----
---JOEL CRISTIANO PACHECO OLIVEIRA -----
---JORGE ANDRÉ PINHEIRO CRUZ -----
---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA -----
---JOSÉ JOAQUIM SOUSA GONÇALVES PEREIRA -----
---LAETITIA LOPES DA COSTA -----
---LEONEL AGOSTINHO AZEVEDO ROCHA -----
---LILIANA MARIA MARQUES RIBEIRO -----
---LÚCIA ALEXANDRA ABREU DA SILVA -----
---LUÍS ANTÓNIO FERREIRA MIRANDA DA SILVA -----
---MANUEL BRANCO FERREIRA -----
---MANUEL JOÃO FERNANDES DE NASCIMENTO -----

Assembleia Municipal



---MANUEL LIMA SOARES -----
---MANUEL MARTINS DE CARVALHO -----
---MANUEL SERAFIM DA SILVA AZEVEDO -----
---MÁRCIA FILIPA RORIZ NUNES -----
---MARIA ANTÓNIA PEREIRA OLIVEIRA -----
---MARIA DE FÁTIMA SANTOS AZEVEDO -----
---MARIA ORMINDA MOREIRA MARQUES -----
---MIGUEL FIDALGO MARTINS TEIXEIRA NUNES -----
---PAULA MARIA RODRIGUES COSTA AZEVEDO -----
---PAULO ANTÓNIO VELOSO PEREIRA SILVA REIS -----
---PAULO CÉSAR GOMES CAMPOS -----
---PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO -----
---PAULO JORGE MARQUES COSTA -----
---PEDRO JORGE DE SOUSA SANTOS -----
---RICARDO JORGE COSTA MENDES -----
---RICARDO MIGUEL MACHADO PINTO -----
---ROSA ALEXANDRA DA COSTA E SÁ AREAL -----
---RUI JORGE FONTES COSTA -----
---RUI MANUEL MATOS DE CARVALHO -----
---RUI MARTINHO DA SILVA FARIA -----
---RUI MIGUEL PEREIRA DOS SANTOS -----
---SANDRA SUSANA NEVES DOS SANTOS -----
---TACIANA LUNA FLORES NOVAIS -----
---TÂNIA DANIELA CARVALHO DA SILVA -----
---TERESA ADÉLIA CAMPOS PINTO -----

Assembleia Municipal



TERESA CRISTINA BARBOSA PEIXOTO -----

TERESA MARGARIDA FARIA CASTRO BORGES -----

TOMÁS MANUEL CUNHA E SOUSA -----

---Verificado o quórum deu-se início à sessão: -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO – Senhoras e senhores deputados, senhoras e senhores presidentes de Junta, senhor presidente da Câmara, Santíssimos Vereadores, famalicenses, declaro aberta a sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão do dia 8 de maio. -----

---Uma vez que a Mesa se encontra incompleta por ausência da senhora primeira secretária, peço ao grupo municipal do PSD que possa indicar alguém para compor a Mesa, por favor. -----

---Senhora deputada Taciana Flores, pode subir à Mesa, por favor. -----

---Muito bem, vamos então dar início à sessão. -----

---O senhor deputado pretende intervir antes de...? Interpelação à Mesa. Interpelação à Mesa? Faz favor, tem a palavra. -----

---JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA) - Boa noite a todos. -----

---Senhor presidente, a minha interpelação à Mesa consiste numa curtíssima declaração sobre os factos que aconteceram na última Assembleia e de alguma forma, a defesa da honra de toda esta Assembleia, se me permite ler uma curtíssima intervenção. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO – Senhor deputado, eu não vou permitir que faça defesa da honra, obviamente, até porque na sessão passada a senhora deputada do Partido Socialista quis

fazer defesa da honra, e foi informada que, segundo o Regimento, teria que ser pedido de imediato, e, portanto, isso não aconteceu, não vai acontecer agora.-----

---Se quiser fazer uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, esteja à vontade, mas pedia que não... -----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** - Eu apenas pretendia fazer uma curtíssima interpelação, uma curtíssima intervenção, se me permite. -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** – Intervenção não, não fará, senhor deputado. Se quiser fazer uma interpelação à Mesa... -----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** - Sobre a condução dos trabalhos?-----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** – Sim. -----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** - Faço uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.-----

---Senhor presidente, na última sessão, no período depois da ordem do dia dedicado ao público, veio a este púlpito uma personagem que não representava ninguém, segundo palavras suas, apenas ele próprio. A pessoa em questão era do município a trezentos quilómetros de Famalicão e, portanto, não tinha qualquer conexão com o nosso território. Acresce o facto que na sua intervenção usou um tom demasiado paternalista e de alguma forma menorizou a nossa Assembleia Municipal e ficou implícito nas suas palavras uma tentativa de cognominar os deputados desta Casa de falta de conhecimento sobre os assuntos, quando refere, por exemplo, princípio da legalidade, perda de mandato e a tarefa fiscalizadora da Assembleia Municipal. -----

---Ora, independentemente da opinião de cada grupo municipal sobre a matéria, e todos sabemos qual era, que vai com certeza à discussão brevemente, o apelo do grupo

municipal do CHEGA vai no sentido de sensibilizar os colegas de todos os grupos municipais que, em sede de revisão de regimento, possamos de alguma forma admitir procedimentos, regras, para que os partidos nesta situação e noutras similares, como já aconteceu... -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO – Senhor deputado, agradeço, mas se é uma interpelação à Mesa, eu peço-lhe que interpele a Mesa, por favor, que não o fez.-----

---JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA) - Bem, interpelação à Mesa sob a forma como uma personagem que não tem qualquer conexão com o nosso município, se dirigiu a toda uma Assembleia de forma até com o intuito de aviltar o trabalho desta Assembleia legitimamente constituída. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO – Obrigada. Muito obrigado, senhor deputado. Ficou claro, senhor deputado, muito obrigado. -----

---A Mesa não tem obviamente legitimidade para impedir um cidadão que não é eleitor no município para participar nos trabalhos e para usar da palavra no período depois da ordem do dia. -----

---Concedo na interpelação do senhor deputado naquilo que diz respeito a um eventual incumprimento do Regimento, mas como o senhor deputado disse e muito bem, está a decorrer uma sessão de comissão de alteração, uma comissão de alteração do Regimento. É uma situação que pode ser clarificada e a Mesa fará cumprir o Regimento. Está bem? Muito obrigado.-----

---Vamos então dar início à ordem de trabalhos. -----

---PRIMEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ORGANIZAÇÃO INTERNA DO MUNICÍPIO DE VILA

NOVA DE FAMALICÃO NO ÂMBITO DA REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS -

Sobre esta proposta em particular, é o organograma da Câmara Municipal. Quem porventura teve o cuidado de apreciar o nosso organograma atual percebe facilmente, até por comparação com outros municípios, até de muita menor dimensão que o nosso, que nós estávamos com uma estrutura que não era adequada à realidade atual de Famalicão.

---É um documento que está a ser trabalhado já há cerca de um ano e meio, dois anos, e é fácil também de compreendermos todos que a nossa dimensão alterou-se muito, as nossas competências são muitas mais, o nosso orçamento municipal evoluiu muito, a nossa capacidade de angariação de fundos também, as dinâmicas da Câmara e da comunidade evoluíram muito, os desafios são outros, são muitos, são enormes, os nossos compromissos também são muitos, são muito ambiciosos, a complexidade das áreas também é muita, como é sabido. Somos autoridade de transportes e não éramos. -----

---A questão dos sistemas de informação, cibersegurança, atendimento ao cidadão é uma realidade completamente distinta. -----

---A questão do ambiente, temos as nossas infraestruturas já com mais de mil quilómetros para saneamento e água, com uma gestão muito exigente. -----

---A questão da nova operação de recolha de resíduos é um outro exemplo. -----

---A questão dos biorresíduos, dos reciclados, da eficiência energética, da transição digital, são muitos exemplos. -----

---E lembro outra coisa muito importante: -----

---Nós não temos empresas municipais; -----

---nós não temos serviços municipalizados; -----

---nós não temos cooperativas; -----

---nós não temos REGI cooperativas, como quase todos têm pelo menos uma parte disto. Mas nós não quisemos, porque achámos que temos colaboradores, obviamente, muito competentes, que sem eles obviamente não era possível fazer o que estamos a fazer por Famalicão. No entanto, percecionámos bem de algum há dois três anos desta parte, no anterior mandato, que realmente nós precisávamos de adequar a máquina autárquica a esta nova realidade. E, portanto, este organograma resulta desta interpretação que temos, que queremos e que, portanto, não tenho nenhuma dúvida que vai ser muito mais eficaz, muito mais eficiente, valorizando também as pessoas, como é óbvio, que elas muito trabalham, valorizando as pessoas. -----

---Lembro que no anterior mandato nós conseguimos um acordo coletivo de trabalho com todos os sindicatos, todos os sindicatos da CGTP e da UGT também, quero lembrar esse facto. E, portanto, e por isso mesmo, nossos trabalhadores são trabalhadores, para além da sua competência e da sua qualidade, muito disponíveis, muito disponíveis, tenho que trazer também, já que estou a falar do organograma, muito disponíveis para que connosco trabalhem imenso para que Famalicão esteja e nós possamos estar a assistir àquilo que se está a passar em Vila Nova de Famalicão.-----

---**MIGUEL FIDALGO (IL)** - Na última Assembleia a visão foi essencial, este organograma não é uma simples reorganização interna, é uma expansão da máquina municipal. Estimamos um aumento de chefias na ordem dos cento e vinte e um por cento, mais cinquenta e dois lugares de chefia e um aumento superior a dois milhões de euros por ano. -----

---O executivo não desmentiu com uma conta alternativa. Também não trouxe hoje o que devia ter trazido, o custo máximo da estrutura. E é aqui que a discussão deve ficar. A proposta permite uma direção municipal, nove departamentos, até trinta divisões,

quarenta e cinco unidades de terceiro grau, vinte serviços de quarto grau, cinco subunidades e cinco equipas multidisciplinares. -----

---Permite ainda remunerações próprias para cargos de terceiro e quarto grau e equipas multidisciplinares que podem ser equiparadas a chefias dirigentes. Isto tem realmente um impacto orçamental. A Câmara fala em eficiência, mas não apresentou uma única meta séria. -----

---Quanto baixa o prazo dos licenciamentos?-----

---Quanto melhora o atendimento?-----

---Quantas redundâncias desaparecem? -----

---Quantas chefias são extintas? -----

---Quanto se poupa? -----

---Nada. E já agora, se estamos a falar de organização interna e transparência da estrutura municipal, há uma pergunta muito concreta: -----

---Quanto custa por ano o gabinete de apoio à presidência?-----

---E outra: -----

---Quem são concretamente os assessores do presidente da Câmara e por que razão essa informação não está divulgada de forma clara e acessível no site do município?-----

---Porque quando falamos da máquina municipal, não podemos falar apenas dos departamentos e divisões. Temos de falar também dos gabinetes políticos, dos assessores, dos custos e da transparência. E convém lembrar o que aconteceu em reunião de Câmara, PSD e CDS promoveram este aumento da estrutura com o despesismo já habitual. -----

---O PS e o CHEGA deram um voto de complacência, apesar de falarem contra os “tachos”. Fica-lhes mal. Fica-lhes mal. Porque votar contra tachos nos cursos e deixar passar mais lugares de chefia nas votações é um grande contrassenso político.-----

---Uns aumentam a máquina, outros deixam passar e depois fingem uma oposição. A Iniciativa Liberal não deixa passar. Pergunto ao executivo: -----

---Qual é o custo anual desta estrutura se forem ativadas todas as chefias e unidades possíveis?-----

---Pergunto também:-----

---Compromete-se a Câmara a não preencher novos cargos dirigentes sem apresentar primeiro à Assembleia o respetivo impacto financeiro?-----

---E pergunto ainda:-----

---Qual é o custo anual total do gabinete de apoio à presidência, incluindo assessores, remunerações, encargos e despesas associadas?-----

---Sem custo, sem metas e sem compromisso, o nosso voto é contra.-----

---Famalicão precisa de serviços rápidos, não precisa de mais lugares de chefia pagos pelos contribuintes. E este ponto liga-se a uma discussão que não podemos evitar: as prioridades da Câmara. -----

---Na mesma altura em que se abre espaço para mais chefias e mais estrutura, aparece um orçamento de quase um milhão de euros para as festas antoninas, cerca de novecentos e noventa e três mil euros, mais do dobro do que foi gasto em 2022. -----

---Não estamos contra as festas. As antoninas fazem parte da identidade de Famalicão. O que contestamos é a escala da despesa. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO - Senhor deputado, por favor, eu pedia-lhe, por favor, estamos numa Assembleia extraordinária, pedia-lhe que se cingisse ao ponto que está em discussão. Terá a oportunidade de falar das festas noutra altura. Eu sei que quer falar das festas, falará noutra altura, por favor. Nesta altura, estamos a falar da organização interna do município. Então, muito obrigado. -----

---**MIGUEL FIDALGO (IL)** - Senhor presidente, concordo plenamente consigo, mas está completamente de acordo com o tema, realmente de acordo com o despesismo que esta Câmara Municipal apresenta. Nós falamos de um aumento de chefias mais do dobro, mais cinquenta e dois lugares de chefia e um impacto de dois milhões de euros.-----

---Eu estou aqui a interpelar o senhor presidente da Câmara para as suas prioridades, por isso eu acho que é completamente válido esta minha interpretação, esta minha interpelação ao senhor presidente da Câmara e se me permitir, eu continuo a intervenção.

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** - Senhor deputado, como lhe disse, está em causa a organização interna do município de Vila Nova de Famalicão. Eu vou dar a benesse ao senhor deputado de continuar a falar. Se entender que o senhor deputado se está desviado do tema, ENTÃO voltarei a interpelá-lo. -----

---**MIGUEL FIDALGO (IL)** - Muito rapidamente para concluir. -----

---Quando uma Câmara gasta perto de dois milhões de euros no novo organograma, perto de um milhão de euros nas festas antoninas, mas depois diz que não há margem para baixar o IMI, reparar estradas, tapar buracos ou resolver problemas do concelho, já não estamos perante uma questão cultural, estamos perante uma escolha política e essa escolha, para nós, está errada. -----

---**SANDRA SANTOS (PS)** - Tomo a palavra em nome da bancada do Partido Socialista para anunciar de forma clara que o PS vai votar contra o seu organograma, senhor presidente.-----

---Analisamos as cento e quarenta e duas páginas deste documento, como um bom aluno faz na escola, e verificamos que tem noventa e cinco cargos dirigentes e oitenta e cinco novas chefias intermédias, quase o dobro da estrutura atual. Mas há algo que não encontramos, senhor residente, uma única linha sobre o custo desta estrutura para os

atuais e futuros orçamentos deste município. Uma única linha sobre os benefícios concretos para os famalicenses. Aliás, o que verificamos é que os serviços de apoio direto ao cidadão diminuem. E há mais, o seu artigo cento e vinte e oito do seu regulamento diz que os serviços serão instalados de acordo e passo a citar: "As necessidades e conveniências da Câmara Municipal". -----

---A pergunta é simples:-----

---Os deputados do PS questionam se é para conveniência da Câmara Municipal ou conveniência do senhor presidente? -----

---Além disso, é criado um quarto grau de chefia, chefes de serviço, acrescentando mais cargos, mais despesa, mais burocracia. -----

---Senhor presidente, institua o SIADAP rapidamente para não ter que andar aqui com manobras para fazer acréscimos salariais. Por isso, o Partido Socialista exige respostas que já foram colocadas na assembleia anterior e que acrescento: qual é o custo anual desta estrutura? -----

---Que benefícios concretos trará aos famalicenses?-----

---E que peso salarial fará para o executivo de 2029? -----

---Senhor presidente, nunca se viu na Câmara Municipal de Famalicão um aumento desta dimensão da máquina administrativa. E o senhor acabou de dizer que nem era necessária. Os famalicenses merecem transparência, rigor e responsabilidade na gestão dos recursos públicos, que são escassos. Por isso, senhor presidente, os famalicenses e os deputados desta Assembleia exigem que, de uma vez por todas, o senhor se digne a responder às perguntas que lhe são colocadas pelos deputados da oposição. -----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** - Senhor deputado Miguel Fidalgo, vai ter que reformular essa sua intervenção, porque afinal o Partido Socialista vai votar contra. ----

---Entendo que este assunto delicado seja sujeito a muito tipo de avaliação, que causa até alguma indignação nalguns setores. Já vi, de facto, muita gente zangada e muita gente satisfeita com o novo organograma. Mas devo lembrar a todos, principalmente aos mais distraídos, que o nosso voto favorável advém do facto de que já no programa do CHEGA, que apresentámos às eleições autárquicas, falávamos da necessidade de uma reorganização dos serviços municipais, com vista a uma maior aproximação às populações, maior eficácia na ação, desburocratização, racionalização de meios e eficiência na afetação de recursos. -----

---As novas realidades autárquicas organizativas têm que permitir o exercício das respetivas funções de acordo com o modelo mais operativo. Este objetivo está, aliás, em linha com a propalada reforma da administração pública que tem sido anunciada nos últimos anos. E não podemos esquecer que as eleições foram há pouco mais de seis meses e que o programa da AD, que está aqui representado, foi o que recolheu a aceitação dos famalicenses e, portanto, as decisões estão legitimadas e da parte das outras forças partidárias cada um tomará as decisões que entender.-----

---O que não se pode fazer, no nosso entendimento, é afirmar ou propor determinada matéria argumentando que todos o fazem e noutros assuntos se agarrem pura e simplesmente à despesa, quando para nós isto é um investimento que se justifica. No entanto, estaremos atentos, fiscalizadores e no fim deste ano, já no fim deste ano, cá estaremos para fazer uma avaliação com base em resultados. -----

---Nós estivemos a fazer uma breve auscultação nos municípios nossos vizinhos e todos, mesmo todos, estão a reorganizar as estruturas de forma a enfrentar os novos desafios que no fundo são imposições dos tempos. É o caso, por exemplo, de Braga, Guimarães, Barcelos, Trofa, Santo Tirso, Gaia, Maia, entre outros. -----

---A nova organização estabelece a existência de nove departamentos - até agora eram cinco - tendo sido criado, por exemplo, o Departamento do Ambiente e Mobilidade, Planeamento e Economia e Equipamentos de Espaço Público, que, quanto a nós, se justifica.-----

---A reorganização do organograma é proporcional às dinâmicas do concelho, aos novos desafios, como disse, à realidade, à especialidade que é necessário ter em cada um dos serviços.-----

---Portanto, a proposta visa preparar as estruturas camarárias para uma gestão mais ágil e adaptada às exigências do desenvolvimento municipal. Por exemplo, vou dar um exemplo sintomático disso que estou aqui a dizer. O novo complexo desportivo, a pista de atletismo, vai obrigar a integração de técnicos qualificados para apoio à gestão de instalações e organização de eventos. -----

---A mobilidade urbana, como já referi, na área de informática, digitalização e cibersegurança nas questões ambientais e até no relacionamento com o tecido empresarial. -----

---Portanto, estamos mais uma vez numa posição de expectativa e vigilantes, sabendo que são alterações necessárias para acompanhar o ritmo dos tempos.-----

---No nosso sistema democrático, existe um problema muito grande: é quem fiscaliza o fiscalizador. Nas autarquias, assim como no governo central, as pessoas votam num projeto e numa pessoa que lhes merece a confiança. Não conhecemos, é verdade, nem ministros, nem vereadores. Ou seja, não sabemos quem é a equipa que vai governar. Se o presidente da Câmara já foi avaliado pelo voto popular, todos os outros não. -----

---Defendemos que uma autarquia com as características de Famalicão deve ser gerida, em muitos aspetos, numa dimensão empresarial, não descurando, naturalmente, a parte social. E, portanto, propomos, e é um desafio que fazemos ao senhor presidente, que se

faça pelo menos a tal avaliação trezentos e sessenta, para termos uma noção da qualidade dos serviços prestados e da eficiência e da competência dos departamentos.-----

---Votaremos a favor desta proposta. -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Depois de analisarmos o documento com atenção, há um ponto claramente assumido no próprio texto. Na proposta, reconhece-se que, ao abrigo da legislação em vigor, os cargos de direção intermédia deixam de estar limitados quanto ao número. Repito, deixam de estar limitados. Ou seja, esta reorganização não fixa um teto, não define um critério restritivo, não estabelece travões claros, pelo contrário, abre a porta a um aumento potencialmente ilimitado de cargos dirigentes. Mais, prevê explicitamente no enquadramento legal geral a possibilidade de nomeação de cargos de direção intermédia de primeiro, segundo e até terceiro grau. E isto não é apenas um detalhe técnico, é uma opção política.-----

---E a opção deste executivo, sem uma explicação cuidada, é a de multiplicar os cargos de direção. O que está em causa não é apenas um reorganizar dos serviços, é multiplicar níveis de chefia dentro da estrutura municipal. Por quê ? Para quê? E com que justificação?-----

---Ainda não sabemos. E é aqui que surgem as perguntas da CDU nesta Assembleia, que não pode deixar de fazer. -----

---Afinal, quantos cargos existem hoje e quantos passarão a existir com esta reorganização?-----

---Qual é o impacto financeiro total desta opção de aumento de cargos de direção? -----

---Que garantias pode dar que esta abertura não é apenas para inflacionar a estrutura dirigente?-----

---O documento presente não responde com clareza a estas questões e isso, por si só, é preocupante. -----

---No momento em que se exige rigor na despesa pública, esperava-se uma proposta de racionalização, de simplificação, de redução de estruturas redundantes. Mas aquilo que temos é o contrário: uma estrutura mais pesada, mais, mais hierarquizada e, sobretudo, mais cara. Pior, sem uma demonstração concreta de ganhos para os munícipes. Assim, a CDU só pode estar contra esta proposta. Reorganizar serviços é necessário, mas reorganizar não pode ser sinónimo de aumentar cargos sem limite.-----

---Se não há compromisso com contenção, então o risco é evidente. E é esse alerta sério que aqui deixamos.-----

---**CRISTINA PEIXOTO (PSD)** - Muito tem se dito aqui, não só hoje, mas na continuidade da Assembleia Municipal anterior, sobre esta reorganização administrativa. Muitas críticas fáceis, mas infelizmente alguma tentativa de transformar uma necessidade de modernização numa discussão meramente política.-----

---Mas sejamos claros: o que está hoje em causa não é a criação de lugares por capricho, nem é uma qualquer operação estética da estrutura municipal. O que está aqui em causa é saber se queremos que a Câmara Municipal esteja preparada para responder quer às exigências atuais, mas também exigências futuras. Também estamos a trabalhar para o futuro.-----

---Vila Nova de Famalicão mudou muito nos últimos anos. O município cresceu, assumiu novas competências, aumentou responsabilidades na área da educação, na área da ação social, na saúde, na mobilidade e nos transportes. E muitas outras áreas de intervenção da Câmara Municipal cresceram igualmente em grau de complexidade e exigência. E aqui entramos no essencial. Eu vou cingir-me a um exemplo concreto: os sistemas de informação e de serviço ao cidadão, que muitas vezes são esquecidos, e que asseguram o atendimento online aos munícipes, a tramitação digital, a cibersegurança, a multiplicidade

de sistemas e a necessária integração de todos esses sistemas, a segurança digital, a proteção de dados e a exigência da atualização permanente de todos esses sistemas. ----

---Este é um exemplo elucidativo da dimensão e complexidade que a gestão do município ganhou nos últimos anos e que obriga a uma estrutura alinhada com estas mesmas exigências. Temos que assegurar também coerência estratégica, coerência jurídica, que não pode ficar esquecida, mas também operacional, porque é essencial e necessária à modernização da administração municipal. -----

--- E perante esta realidade há apenas duas opções: ou adaptamos estrutura municipal a esta nova dimensão ou fingimos que nada mudou. E fingir que nada mudou é precisamente isso que alguns parecem aqui também defender. -----

---Exigem-se mais serviços, mais rapidez, mais resposta, mais investimento, mais ambição, mas recusam dar à Câmara Municipal, alguns recusam dar à Câmara Municipal, os instrumentos necessários para fazer funcionar com eficácia. -----

---Claro que está que os famalicenses querem também respostas ainda mais rápidas, serviços ainda mais eficientes, menos burocracia, maior capacidade de resolução dos seus problemas, mas isto pressupõe organização, isto pressupõe coordenação, isto pressupõe equipas técnicas capazes de responder com eficácia. -----

Isto passa, sem dúvida, por esta reorganização. -----

---Claro está que se fala muito em números e eu vou também trazer aqui alguns números e vou aqui a dados comparativos e vou aqui a municípios congéneres de Vila Nova de Famalicão: Braga, Barcelos, Guimarães. -----

---Braga tem seis direções municipais e quinze departamentos municipais. -----

---Barcelos tem duas direções municipais e nove departamentos municipais. -----

---E Famalicão tem uma direção municipal e nove departamentos municipais, ou seja, comparativamente os números falam por si. -----

---Minhas senhoras e meus senhores, esta reorganização não é um capricho político, como querem fazer-nos crer, é uma resposta responsável às necessidades reais do concelho e também dos famalicenses. -----

---**MIGUEL FIDALGO (IL)** - Fico perplexo a ver a intervenção do CHEGA porque jurava que era do PSD. Jurava que era do PSD. Veio aqui como advogado de defesa do executivo. Parece, pá, nós vamos votar a favor porque é preciso, eu vou parafrasear, uma reforma da Administração Pública. Uma reforma que custa dois milhões de euros. Uma reforma onde se fosse o seu líder, André Ventura, votaria contra, porque na Assembleia da República são contra os “tachos”, mas depois chegam aqui a Famalicão e parece que são a favor dos “tachos”. -----

---Outra coisa, neste organograma há várias redundâncias, não é nenhuma reforma. Há, por exemplo, o gabinete de apoio à presidência e há a unidade funcional de apoio à presidência. Eu já perguntei ao senhor presidente da Câmara quanto é que custa o seu gabinete, ainda não obtive resposta e espero que gaste algum tempo a responder. -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** - Senhores deputados, por favor, pedia silêncio para intervenção do senhor deputado. Muito obrigado. -----

---**MIGUEL FIDALGO (IL)** - Como eu estava a dizer, isto é um autêntico contrassenso do CHEGA. O CHEGA fala contra os “tachos” depois é a favor dos “tachos”. -----

---O PSD diz que é uma reforma e depois aumenta a máquina mais dois milhões, mais cinquenta e dois lugares de chefia, 121% nos lugares de chefia. Isto não é nenhuma reforma, isto é um despesismo autêntico, autêntico da Câmara Municipal e temos o CHEGA como advogado de defesa do executivo. -----

---**CARMEN ARAÚJO (CDS)** - Digamos que a oposição, e quando se fala de números de funcionários, a oposição bate sempre na mesma tecla, que é a ideia de que a Câmara

Municipal de Vila Nova de Famalicão tem trabalhadores a mais e uma estrutura excessiva. Mas lá está, como se o concelho de hoje fosse exatamente aquele que era há vinte anos atrás. Mas esta leitura, na nossa perspetiva, ignora completamente aquilo que mudou no poder local e na realidade do nosso concelho. -----

---A verdade é simples: o concelho de Famalicão tem hoje responsabilidades muito mais amplas do que tinha em 2001. Ao longo dos anos, ou dos últimos anos, o Estado Central transferiu para todas as Câmaras Municipais, nomeadamente para Famalicão, competências fundamentais, havendo uma proximidade relativamente às necessidades das pessoas, mas fundamentalmente nas áreas da educação, ação social, saúde, proteção civil, habitação, ambiente, mobilidade e serviços de proximidade. -----

---E lá está esta questão aqui que é: quando se transferem competências, transferem-se também responsabilidades, serviços, meios técnicos e trabalhadores. Por isso, quando ouvimos críticas fáceis, porque sobre o aumento do número de funcionários da Câmara, é importante também colocar estes dados em perspetiva, porque todos estamos de acordo, queremos serviços de qualidade, mas realmente é preciso recursos. -----

---Fala-se muito na tecnologia, mas realmente ainda não se substitui determinados serviços, não é? Fiscalização de obras, avaliação de determinadas estruturas ou eventualmente a escuta de pessoas. -----

---Claro que quando falamos desse aumento também não aconteceu só em Famalicão, por exemplo, em Guimarães, em 2001, subiram de novecentos para mil e oitocentos. Barcelos tinha setecentos, passou para mil e duzentos. Nós tínhamos novecentos e passamos para mil e novecentos.-----

---Mas realmente a grande mudança aqui foi que realmente como Famalicão e os municípios assumiram estas atribuições e competências que anteriormente pertenciam ao Estado Central, realmente na educação muitos trabalhadores passaram do Estado Central

para gestão municipal e da saúde também. E lá está, em termos da Câmara Municipal de Vila Nova Famalicão, passaram cerca de setecentos funcionários, a partir do momento em que assumiram esta descentralização. -----

---Portanto, aqui realmente temos que ter atenção, nós queremos serviços de qualidade, mas depois não queremos ter recursos e nomeadamente porque embora haja muito esta questão da digitalização e da tecnologia, ainda não conseguimos substituir propriamente a pessoa. -----

---Mas também a Câmara tem que ter pessoas e funcionários competentes para lidar com estas todas competências, mas a Câmara também não pensa só assim, tudo se faz com funcionários. Por exemplo, é importante recordar, e penso que o senhor presidente falou disso ainda hoje, procurou permanente formas de ganhar eficiência, reduzir custos, melhorar serviços prestados às populações. Por exemplo, temos dois exemplos concretos disso, que foi um contrato da externalização relativamente na área da recolha dos resíduos, um dos maiores alguma vez realizados, e que já permitiu alcançar poupanças significativas ao nível quer dos recursos humanos, lá estamos, maior eficiência operacional, porque já foi reconhecido publicamente, e uma melhor capacidade de resposta às necessidades da população. -----

---Outro exemplo disso, que também não interessa à oposição falar disso, é a boa gestão, foi a partilha de competências ao nível supramunicipal, que também o senhor presidente já referiu hoje, como aconteceu na prestação de serviços de transporte rodoviário de passageiros entre Famalicão, Trofa e Santo Tirso, que realmente também já são dados adquiridos que há mais jovens e mais idosos, ou pessoas mais de idade a beneficiar e a utilizar o transporte público, e lá está, beneficia o ambiente e contribui para a redução do tráfego do concelho. -----

---Por isso, aqui a questão daqui do organigrama da Câmara Municipal que apresenta, realmente, primeiro percebemos a dimensão da Câmara, a Câmara de Famalicão cresceu, não é, até por falar nos orçamentos a também a dimensão das atuais responsabilidades e também só se trabalha bem se realmente houver vários níveis de coordenação técnica através de departamentos, divisões, unidades especializadas, permitindo maior controle, melhor planeamento e melhor rigor na gestão dos processos complexos, nomeadamente nós estamos a verificar dos fundos comunitários. -----

---Por isso, realmente a bancada do CDS vai votar favoravelmente e peço desculpa que esgotei o tempo e não era previsto. -----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** - Bom, eu não estou para lhe dar muita corda, senhor, nem aprecio esse tipo de linguagem, “tacho”. Eu nem sei cozinhar. Portanto nós estamos... tinha um minuto, senhor presidente, tinha um minuto e tal. -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** - Um minuto não tem, senhor deputado. Tem dez segundos para terminar o raciocínio, por favor. As regras são claras, iguais para todos. -----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** - Só para, só para concluir dizendo que nós estamos a falar de política municipal e nós já falámos que no nosso próprio programa eleitoral tínhamos em mente a reorganização dos serviços. -----

---E depois considerarmos que evoluir... evoluir isto..., a reorganização tem a ver com crescimento e evolução. -----

---Eu gostaria de me alongar um bocadinho mais para desenvolver o meu raciocínio, mas... -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** - Eu sei que gostaria, senhor deputado, mas as regras são claras para todos. Aliás, tivemos a oportunidade de falar disso precisamente na última Comissão

Permanente. Eu pedia que entendesse o trabalho da mesa e que ajudasse na condução dos trabalhos. -----

---**CRISTINA PEIXOTO (PSD)** – Senhor presidente, é muito rápido. Eu gostava de questionar o deputado Miguel Fidalgo, onde é que chegou aos dois milhões? Fala num custo adicional de dois milhões de euros. Gostava, até por uma questão de transparência e seriedade, que explicasse também como é que chegou a essas contas. -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS** - Também de forma rápida, primeiro para corrigir, para ser aqui... para ser muito democrático, com toda a tolerância democrática, melhor dizendo, que é falso que o acréscimo no que concerne às chefias seja dois milhões de euros, porque está a presumir que todas as chefias, neste momento, não estivessem na Câmara Municipal. A maior parte delas, como sabem, temos chefias de qualidade, de excelência, que vão continuar e, como sabem, já ganham dinheiro, portanto, é muito longe dos dois milhões de euros. portanto, é falso. -----

---No que concerne ao SIADAP, ó senhor deputado, o SIADAP já existe há muitos anos, está implementado e nós falámos ainda no último relatório de gestão e também no orçamento que, desde 2006, que um dos contributos para o aumento das massas salariais tem a ver exatamente com o reposicionamento nas carreiras que têm a ver com o SIADAP. Portanto, já falámos, já falámos.-----

---Depois, falar que o urbanismo não funciona, eu pergunto-lhe, que eu também posso fazer perguntas, acho eu, ao senhor presidente da Mesa, qual é o concelho de Portugal que vai ter um investimento de mais de mil milhões de euros? -----

---Famalicão vai ter e porque o nosso urbanismo é uma referência nacional. E depois, o que aqui foi dito relativamente a comparação com outras Câmaras, foi referido as chefias, mas temos que acrescentar as empresas municipais que todas têm, como é sabido. -----

Assembleia Municipal



---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO - Eu... ó senhor vereador, senhor vereador, senhor vereador. Senhor deputado, calma. Senhor deputado, calma. Senhor deputado, calma. Estamos no primeiro ponto de uma ordem de trabalhos extensa. Pedi expressamente na última Comissão Permanente para que nos contivéssemos naquilo que é o diálogo entre deputados e entre o órgão executivo e o órgão deliberativo. Vamos parar com isto, por favor. -----

---Senhor deputado, pretende fazer o quê? Não tem tempo. Uma interpelação à Mesa. Faça favor, tem a palavra. -----

---MIGUEL FIDALGO (IL) - É uma interpelação à Mesa. De acordo com a ordem de trabalho, na última assembleia fui ameaçado fisicamente pelo senhor deputado João Pedro Castro, que diz que é a favor da justiça de Fafe. Da última vez que eu vi que é justiça de Fafe, é uma ameaça física. -----

---Agora, o seu vereador do CDS diz: “És maluco”. E estava ali a dizer porquê? -----

---Porque eu perguntei é assim: quanto custa? Já que o senhor presidente disse que era falso, mas depois disse que era falso, mas não disse quanto é que custava. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO - Ó senhor deputado, desculpe, isso já é uma intervenção, não vai fazer uma intervenção. Agradeço a interpelação à Mesa, está clara. -----

---MIGUEL FIDALGO (IL) - Eu gostava que mudasse a atitude dos intervenientes desta Assembleia Municipal, porque isto não é a maneira de estar. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO - Senhor deputado, de facto, de facto, foi isso... -----

---MIGUEL FIDALGO (IL) - Nunca ameacei ninguém, nunca fiz nenhum comentário pessoal a ninguém e não admito que a mim seja dirigido comentários pessoais. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO - Senhor deputado, muito obrigado pela interpelação. Está claro, está claro, faz favor, está claro. -----

---Agradeço a interpelação e queria lhe dizer o seguinte: de facto, isto foi falado em reunião da Comissão Permanente, porque eu percebi que isto tem atingido umas proporções que não devia. Inclusivamente na última Assembleia Municipal tive que chamar a atenção, desculpe-me o termo, ao senhor deputado, porque muitas vezes interpelou quem estava a usar da palavra. E, portanto, não é só o senhor deputado que é interpelado por outros, o senhor deputado também interpela os outros. E eu pedia a todos que nos contivéssemos. A mais, devo lembrar o senhor deputado que se sentiu ameaçado fisicamente, tem a figura da defesa da honra que podia ter usado e não usou, porque não quis. Essa figura assiste-lhe, essa figura assiste-lhe e já muitos outros senhores deputados a usaram, tiveram a oportunidade de o fazer. O senhor deputado não o fez, e bem, porque eu acho que aquilo não terá sido uma ofensa, terá sido uma brincadeira, foi assim pelo menos que eu entendi. Se o senhor deputado entende que não, teria usado a defesa da honra, a figura da defesa da honra. Se não o fez, terá as suas razões. -----

---Agora, eu peço que não julguemos os outros também à nossa imagem, porque eu percebo que o senhor deputado não goste de ser interpelado, mas, por favor, também não interpele os outros, porque é constante o senhor presidente da Câmara estar a falar e o senhor deputado estar a responder ao senhor presidente da Câmara. Ok? Muito obrigado.

---RICARDO MENDES (CDS) - Cumprimento todos de uma forma apropriada, visto que se trata de uma interpelação à Mesa. -----

Assembleia Municipal



---Eu queria interpelar a Mesa pelo seguinte, também foi aqui referido, e sei que neste organigrama conta com uma alteração relativa aos serviços da Assembleia Municipal, que provavelmente terão uma chefia, se eventualmente essa chefia será um “tacho”? Será um tacho, também? E se eventualmente a Mesa não tomará uma posição sobre esse tipo de linguagem? -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO – Senhor deputado. Senhor deputado, nós vamos ter que começar a conter estas interpelações à Mesa. As interpelações à Mesa se... eu vou aguardar. -----

---Nós vamos acabar esta assembleia hoje à hora que tivermos que acabar. Obrigado. ---

---Mais uma vez, eu apelo à serenidade dos senhores deputados. Estamos no primeiro... posso continuar? -----

---Eu aguardo, senhores deputados. Eu apelo, mais uma vez, à serenidade. Estamos no primeiro ponto, repito, de uma ordem de trabalhos extensa. Vamos usar as figuras regimentais com o devido enquadramento, senão vamos ter que começar a conter as interpelações à Mesa ou a cortar a palavra a quem as vai fazer. -----

---As interpelações à Mesa serão sobre a condução dos trabalhos, não é para fazer interpelações aos outros senhores deputados, está bem? Muito obrigado. Vamos continuar.-----

---LUÍS MIRANDA (PS) – Senhor presidente, eu antes de fazer a minha intervenção convidava a dar início, de facto, aos trabalhos da Assembleia Municipal Jovem e convidava alguns dos deputados aqui presentes para perceberem como é que funcionam as figuras regimentais da interpelação da defesa da honra, da interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos. Isso seria uma forma formativa de todos aprendermos e evoluirmos a nossa Assembleia. -----

---Entrando aqui no ponto, Senhor presidente, de facto, a discussão aqui foi muita, mas resultou à sociedade uma ausência total de respostas. -----

---Veio aqui o PSD dizer que a medida não custa dois milhões de euros, como e mal referiu a IL, mas ninguém aqui conseguiu perceber qual é o impacto financeiro desta alteração orgânica dos serviços do nosso município. -----

---Nós aumentámos cento e vinte e um por cento os lugares de chefia, mas não sabemos quanto é que isso vai ficar a custar ao erário público. -----

---Nós passámos de quarenta e três para noventa e cinco cargos de chefia intermédia, mas não sabemos e pelo menos não consta desta proposta, não consta das respostas do senhor presidente de Câmara e não consta de nenhuma afirmação que o antecedeu, das motivações que levaram a esta alteração tão profunda e tão grande como aqui se verifica.

---De facto, muita coisa mudou, e nós somos a favor das mudanças para melhor. Mas o que os senhores deputados que me antecederam aqui confundiram, e foi o erro crasso de todas as intervenções, é que nós não vimos aqui discutir quais são as maiores ou as menores contratações de funcionários do município. Aliás, nós valorizamos e muito os funcionários do nosso município. Somos defensores da valorização dos nossos funcionários. O que nós não podemos concordar é que na necessidade de aumentar os nossos efetivos ou de prestar o melhor serviço, não se contratem mais funcionários, porque não podemos ter uma atitude despesista, mas em contrapartida aumentamos as chefias e os encargos com os seus salários e com as suas remunerações. -----

---Depois, dizer que nós não conseguimos perceber, e foram citados aqui muitos exemplos, vou citar um exemplo que foi aqui citado e mal citado porque não souberam estudar, do município de Braga, muito aqui ao nosso lado.-----

---Braga, que tem cerca de mais sessenta mil habitantes que nós, tem menos trinta e seis unidades orgânicas flexíveis, o que significa menos trinta e seis chefias de que Famalicão.

E a questão que nós colocamos é: -----

---Qual é o custo? -----

---Qual é a necessidade? -----

---O que é que podemos aqui perceber? -----

---Porque o que os famalicenses sabem é que apenas se aumentou cento e vinte e um por cento os lugares de chefia e ninguém conseguiu perceber verdadeiramente qual é o custo desta medida e verdadeiramente o porquê de a mesma acontecer. -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Queria assinalar que de facto assino por baixo esta intervenção do senhor deputado Luís Miranda. Complementaria com... porque a senhora deputada do CDS falou aqui da delegação de competências e, como vocês bem sabem, a CDU tem uma voz muito crítica no que diz respeito à delegação de competências, mas já que utilizou, a título de exemplo, eu também pegaria num exemplo que nós hoje teremos como ponto de discussão, que é o ponto dez, a delegação de competências para as freguesias do serviço de cópias. -----

---E segundo também este ponto de ordem, a Câmara atribui esta competência às freguesias, porque Famalicão tem um parque escolar de dimensão considerável e, portanto, a prestação destes serviços fica muito acautelada se delegada nas freguesias, em virtude de se encontrarem mais perto das populações, conhecerem melhor as suas necessidades, obtendo-se desta forma uma uniformização em todo o concelho. -----

---Então, estes cargos de chefia não é para servir a população? -----

---E agora delega-se nas freguesias? -----

---**CRISTINA PEIXOTO (PSD)** – Muito rápido. Uma questão que vou colocar ao PS relativamente a que referiu à Câmara de Braga.-----

---Temos ali as empresas municipais de Braga e quantas pessoas é que alberga essas empresas municipais de Braga? Famalicão não tem nenhuma, mas fica aqui a pergunta.

---E sobre os “tachos” que muito se fala aqui, estamos a falar de homens e mulheres que entraram por concurso público, são profissionais e dão o seu melhor. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO - Senhor deputado Luís Miranda, o Partido Socialista não tem tempo. Faz favor. -----

---Ó senhores deputados, o senhor deputado Luís Miranda, como qualquer outro senhor deputado ou presidente de junta, tem direito a fazer uma interpelação à mesa. -----

---Senhor deputado, calma. Vamos, vamos ter calma. Antes, antes de fazer a interpelação. O senhor deputado tem direito a fazer a interpelação à Mesa e eu peço ao senhor deputado que se cinja à interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos precisamente por causa daquilo que aconteceu até agora. -----

---LUÍS MIRANDA (PS) – Senhor presidente, com esta intervenção não vou utilizar para responder a quem quer que seja. Vou me cingir a uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos para dizer que eu terminei a minha intervenção, olhei para o cronógrafo que está aqui na Assembleia e dispunha de três segundos ainda, os quais podem confirmar isso via vídeo, eu saí daqui e mobilizei-me para o meu lugar e o cronógrafo continuou a contar, tendo-me retirado esses três segundos. Eu peço que a Mesa reconsidere e que me atribua os três segundos que efetivamente sobraram na minha intervenção. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO – Senhor deputado, muito obrigado pela interpelação. A Mesa... não, deixe-me responder, por favor. Agradeço a interpelação, que foi de facto uma interpelação à Mesa, e agradeço-lhe por isso, mas a Mesa não... mas a Mesa não vai conceder isso,

por um motivo muito simples: o tempo terminou e eu não reparei se o senhor estava a meio metro do púlpito, se estava a dois metros do púlpito, mas muitas vezes também começam a falar e o tempo começa a contar dois segundos depois. E, portanto, essas coisas acontecem. E só faltava agora a Mesa poder abrir este precedente, está a imaginar o que é que ia acontecer depois, não está, senhor deputado? Peço-lhe que perceba. -----

---PRIMEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ORGANIZAÇÃO INTERNA DO MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO NO ÂMBITO DA REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS, DO CHEGA E DOS SENHORES DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, COM OS VOTOS CONTRA DO PS, DA IL E DA CDU. -----

-NÃO PARTICIPOU NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO O SENHOR DEPUTADO FERNANDO LUCAS SIMÕES VILELA, POR IMPEDIMENTO LEGAL. -----

---SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA 3.ª OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA 1.º DIREITO/ PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR), INVESTIMENTO RE-C02-I01 - PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO - AVISO DE PUBLICAÇÃO 2.ª REPUBLICAÇÃO N.º 01/CO2-I01/2021 - COMPONENTE 02 – HABITAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS -

Senhor presidente, de uma forma também rápida, até porque esta é a terceira oferta pública de aquisição, quer significar que já desenvolvemos duas outras.-----

---Como é sabido, temos em construção cerca de duzentas habitações. Aliás, lembro também que o primeiro sorteio está previsto para daqui a alguns dias para começarmos a entregar estas casas às famílias famalicenses.-----

---Nesta operação de oferta pública de, de aquisição, achamos que o deveríamos fazer, sendo que, obviamente, como é sabido também, atendendo à dinâmica imobiliária que Famalicão está a ter, que será difícil encontrar habitações, mesmo agora com preços mais elevados como também com certeza leram a proposta, os valores do IHRU ou do INE subiram, subiram e, portanto, são valores bastante superiores, cerca de mil oitocentos e cinquenta euros, qualquer coisa parecida. Mas, de todo modo, temos que ficar de consciência tranquila, fazer esta última tentativa para que desta forma nós saibamos com objetividade se realmente o mercado tem este tipo de oferta numa altura em que, como é sabido, e mais uma vez me repito, a dinâmica imobiliária de Famalicão é avassaladora e portanto há muita procura, a demografia a aumentar e nós sabemos quando assim acontece que, porventura, não há grande disponibilidade para estas ofertas públicas de aquisição, mas manda a boa gestão que o fizéssemos e estamos a fazê-lo e agora vamos esperar, obviamente, pelo resultado. -----

---MIGUEL FIDALGO (IL) - Senhor presidente e senhores deputados, são 50 fogos, 24 T2, 26 T3, 10 milhões de euros.-----

---A habitação é um problema sério em Famalicão, já o dissemos na outra assembleia e repito: para muitos jovens da minha geração, a casa deixou de ser um passo natural da vida adulta e passou a ser o maior bloqueio ao futuro. Mas também já dissemos outra coisa: a crise da habitação não se resolve com o município a tentar ser o grande comprador

ou o grande promotor público. Respostas públicas podem fazer sentido para situações de maior fragilidade, mas a solução estrutural é outra: mais oferta, mais construção, mais reabilitação, mais arrendamentos, licenciamentos mais rápidos e menos barreiras a quem quer investir. -----

---Depois de candidaturas PRR que não chegaram a tempo, a Câmara vem agora propor uma oferta pública para comprar 50 fogos. É uma mudança de método, mas não é ainda uma mudança de paradigma. Cada imóvel vai ter uma avaliação independente antes da compra? -----

---O município sabe quanto fica exposto se o PRR atrasar ou chumbar a despesa? -----
Estão estimados os custos de condomínio, manutenção, adaptações e gestão futura? -----

---Comprar 50 casas não acaba no dia da escritura, começa aí. Pergunto ao executivo, então: -----

---Haverá uma avaliação independente imóvel a imóvel antes de qualquer decisão final?

---E qual é o risco financeiro máximo para o município se o financiamento PRR não chegar nos tempos previstos? -----

---O nosso voto vai ser uma abstenção. -----

---Não bloqueamos uma resposta habitacional que pode ajudar famílias concretas, mas também não damos um voto favorável a uma operação de 10 milhões de euros sem garantias completas. -----

---Famalicão precisa, sim, de mais habitação, mas precisa sobretudo de um mercado que funcione, de urbanismo que não bloqueie e de regras que permitam construir mais, mais depressa, com mais previsibilidade. -----

---**RICARDO MENDES (CDS)** - Prontos, depois de já ter ouvido aqui muitas coisas como...que o SIADAP não existe, que existem “tachos” que são concursos públicos ou

concursos públicos são “tachos”, tudo isso, ainda agora estive a ouvir mais uma para quando, quando realmente se tem que apostar ao lado, aposta-se ao lado. -----

---Não sei se teve noção desta proposta e das características do primeiro direito.-----

---E dos vários formatos das ofertas de aquisição pública de habitação;-----

---e das possibilidades que a Câmara tem;-----

---e de quem é que estipulou o valor das casas e quem é que as avalia; -----

---Tem essa noção, senhor deputado municipal da IL? -----

---É o IHRU. Infelizmente Famalicão está vetado e tem grandes constrangimentos nessas ofertas de aquisição pública, porque tem um valor inferior em cerca de quinhentos euros, por exemplo, à Maia/metro quadrado. Portanto, este valor está cifrado naquilo que é o programa. Esses dez milhões de euros, tal como o senhor referiu relativamente ao organigrama, que não sei quantas chefias, que as mesmas... basta-se fazer um organigrama todos os anos e tem que ser todas... são todas provisionadas, ou seja, estão todas ocupadas. Aqui também refere que os dez milhões de euros... antes, antes houvessem os vinte e seis, os cinquenta fogos, vinte e seis T2 e vinte e quatro T3 disponíveis para que a Câmara pudesse gastar estes dez milhões de euros, porque esses cinquenta fogos seguramente faziam muita falta e iriam minorizar ou pelo menos tentar mitigar aquilo que é o programa municipal de habitação e as grandes dificuldades na obtenção, foi a parte que acertou na sua intervenção, de facto relacionadas com essas dificuldades que os famalicenses sentem, assim como sentem um pouco generalizado por todo o país. -----

---Portanto, relativamente a esta proposta, oxalá, e é um voto que o CDS faz, é que existam de facto este... no parque habitacional de Famalicão, que existam estas cinquenta habitações.-----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Esta proposta surge porque há de facto um problema grave de habitação e isso ninguém nega. Mas é preciso dizer com toda a clareza: o que hoje se tenta remediar em Famalicão não nasceu aqui. É o resultado de anos de políticas decididas em Lisboa, na Assembleia da República, por preços, aliás, peço desculpa, por sucessivos governos que escolheram deixar a habitação nas mãos, ou às mãos livres do mercado. Foram estas políticas que abriram a porta à especulação, que permitiram os preços disparar, transformando um direito básico, o direito à habitação, num vergonhoso negócio para uns poucos.-----

---Hoje, temos famílias que não conseguem pagar a casa, jovens que não conseguem sair de casa dos pais, trabalhadores com dificuldades para garantir um teto. E perante isto, o executivo propõe-se comprar casas no mercado. Mas há aqui uma contradição: estão a usar dinheiro público para comprar casas ao mesmo mercado que criou exatamente esta situação. Ou seja, não estão a resolver o problema, estão apenas a tentar remediar os seus efeitos. É verdade que esta medida pode ajudar algumas famílias, mas não muda o essencial. Não baixa os preços, não trava a especulação e não garante habitação para todos. É uma resposta curta para um problema que não tem fim. -----

---Senhor presidente, o que faz falta é uma mudança de rumo, com mais habitação pública construída pelo Estado e pelos municípios, mas com regras claras para travar abusos e com uma política que trate a habitação como um direito e não como um negócio. -----

---Mas essa mudança de rumo não se faz apenas localmente. Só será possível com decisões também na Assembleia da República, em Lisboa. Se assim não for, vamos continuar a ver municípios a tentarem remendar problemas que o poder central insiste em não resolver na sua origem. -----

---Por isso, daqui desafiamos os senhores deputados eleitos pelo círculo de Braga a corresponderem às necessidades das populações, particularmente dos famalicenses,

assumindo as suas responsabilidades e tratando o fundo do problema onde ele deve ser resolvido: na Assembleia da República. Porque enquanto tudo continuar nas mãos do mercado, o problema irá persistir em Famalicão e em todo o país. E é isso que a CDU não pode aceitar.-----

---JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA) – Uma intervenção muito curta, telegráfica, para fazermos mais uma vez o papel de advogados de defesa aqui da Câmara. -----

---Há quatro anos, para que tenham noção da realidade das coisas, há quatro anos atrás, em Portugal, apenas 2% da habitação era pública. Apenas 2% da habitação é pública. De repente, como todos sabemos, aconteceram uma série de fenómenos na sociedade portuguesa, na sociedade europeia, que levantou a necessidade urgente de mais habitação, de mais construção. -----

---E nós, como somos a favor de uma solução equilibrada, para nós é importante que haja iniciativa privada, habitação feita por promotores privados, assim como iniciativas por parte do poder público. -----

---Portanto, o que esta oferta pública de aquisição de imóveis... e mais, na Constituição está o direito à habitação, mas é uma norma meramente programática, assim como todas as outras. É por isso que nós pugnamos por uma alteração constitucional de medidas que, ou de normas que de facto tenham conexão com a realidade, e esta não tem porque é uma, repito, é uma norma meramente programática. E, portanto, tudo o que for feito no sentido de aumentar a oferta, o deputado da IL tem razão, a oferta, seja ela pública ou privada, faz diminuir o preço das casas, que hoje em Famalicão está a um preço, como sabemos, proibitivo.-----

---Tivemos a curiosidade de consultar alguns agentes imobiliários e disseram-nos que em apartamentos novos, em casas novas, aqui nas zonas novas da cidade, anda à volta de três mil duzentos euros o metro quadrado, que é uma barbaridade. Daqui a alguns tempos,

provavelmente, vamos sofrer o mesmo que sofremos em 2011. De qualquer das maneiras, esta medida parece-nos uma medida justa, equilibrada e tem mérito e com boa intenção, de forma que vamos votar favoravelmente. -----

--- **MIGUEL FIDALGO (IL)** - A minha intervenção teve o foco maioritário em aumentar a oferta e não ter a Câmara Municipal como promotor público. Com mais oferta, como já foi dito aqui, mais baratas são as casas. A resposta não tem que ser pública, tem que sim que ser privada. E a Câmara Municipal não pode ser promotor público, tem que ter um papel que não... que tem que dar condições e a Câmara não pode ser entrave. ---

---Nós, na última Assembleia Municipal, apresentamos uma proposta para acelerar o licenciamento com inteligência artificial e foi chumbada. Apresentamos também uma proposta para reduzir o IMI em 2027, uma recomendação à Câmara Municipal, então, para baixar realmente o preço das casas futuramente da... que as pessoas pagam IMI todos os anos, e também foi votada contra o PSD e o CDS.-----

---Ou seja, isto é um contrassenso. -----

---**LUÍS MIRANDA (PS)** - Cumprimento novamente, e não esquecendo que me roubou três segundos da minha intervenção, sugiro instalarmos aqui um sistema de vídeo-árbitro do Olho de Águia para fiscalizarmos essas questões, mas fica para posterior discussão.--

---Senhor presidente, relativamente a este tema, antes de entrarmos propriamente na discussão do tema, somos aqui brindados com duas intervenções fantásticas. Da parte do CHEGA, nada que não nos surpreendesse. Ficamos a saber de antemão que tiveram um programa autárquico nas últimas eleições autárquicas e ficamos a saber que a Constituição é um normativo meramente programático. Nada de novo na parte do CHEGA, nada que nos surpreenda. -----

---Também ficamos a saber que do ponto de vista da Iniciativa Liberal, a crise da habitação resolve-se com inteligência artificial e com a redução de IMI. Por isso explicam

muitos dos resultados que vão tendo ao longo desses municípios fora, inclusive na Assembleia da República.-----

---Relativamente a esta questão, o senhor presidente, pela primeira vez, antecipou-se às perguntas colocadas pelos senhores deputados e de antemão respondeu-nos às questões que lhe queríamos fazer. O próprio, na sua intervenção, admitiu o falhanço do ponto de vista do mérito desta proposta. -----

---Ó senhor presidente, aquisição de cinquenta fogos já edificadas, com financiamento de dez milhões de euros, tipologias de habitação T2 e T3, atendendo a que têm que ser fogos em bom estado de conservação e sem necessidade de obras, fogos que tenham alguma qualidade habitacional. Fazendo aqui uma divisão muito simples, dez milhões de euros a dividir por cinquenta casas, duzentos mil euros cada casa. Senhor presidente, não sabemos que parque habitacional público é que o senhor quer constituir, mas só se for de um parque de atrelados ou de reboques habitacional, porque de casas em Vila Nova de Famalicão, necessariamente se percebe que isto é manifestamente impossível. -----

---Os senhores poderão dizer: “Bem, mas isto não estamos coartados pelo programa do PRR, pelo programa do Primeiro Direito, o Estado Central não ajuda, não colabora”. A conversa que nós estamos habituados. -----

---Senhor presidente, é hora de mudar de estratégia, é hora de dotar financiamento próprio para resolver esta questão, é hora de mudarmos a estratégia e darmos um passo relativamente à sua resolução. Porque, Senhor presidente, não podemos estar eternamente à espera de financiamento estatal, nem podemos estar à espera que o financiamento europeu resolva um problema local, já de há muito tempo que se tem verificado, e que também temos verificado que o município ainda não teve a real capacidade para resolver esta questão.-----

---Senhores deputados, senhoras e senhores presidentes de Junta, caros famalicenses, viemos aqui uma vez mais discutir e deliberar sobre a terceira oferta pública de aquisição de imóveis por parte do município, que como o senhor presidente confessou e muito bem, sabemos que muito provavelmente dará no mesmo destino que deram as sessenta e seis casas que ficaram por construir na última oferta pública de aquisição de imóveis. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO - Apenas dizer-lhe que no âmbito da parte inicial da sua intervenção, a Mesa estava aqui precisamente a conferenciar que, relativamente à modernização tecnológica e administrativa que pretende levar a cabo na Assembleia Municipal, vamos propor a instalação de um sistema de *Photo finish* para perceber quando é que o senhor deputado iniciou e terminou de falar e para que o tempo seja mais preciso. -----

---RICARDO MENDES (CDS) - Relativamente à questão e aquilo que veio aqui ser referido pelo... por estas intervenções que dos quais foram protagonistas o senhor deputado da IL e o senhor deputado PS, era tudo muito bonito, mas de facto quem definiu esses valores e quem fez a estratégia relacionada com a aquisição e quem fez com que Famalicão tivesse de facto essa lacuna, essa dificuldade de aquisição no âmbito da construção dos mil e seiscentos euros o metro quadrado, foi o PS. Claro que é, como é sempre o PS que tem razão em tudo, que faz tudo de bem, nunca faz nada de mal, neste caso em concreto, foram os senhores. Opa, já viram? Foram os senhores. -----

---Relativamente à questão da oferta privada e do aumento de oferta que refere o senhor deputado da IL, eu julgo que na discussão do orçamento fiz uma sugestão ao senhor presidente de Câmara também, e contrariando se calhar o instinto defensivo aqui do senhor deputado do CHEGA em relação à Câmara, fiz-lhe uma sugestão de que se deveria tentar arranjar um acelerador no âmbito do urbanismo no sentido das coisas e isso

acontece até por via legislativa, porque há agora o novo Simplex urbanístico, que não vai alterar grande coisa, mas agora tem que ser, as pessoas têm que se adaptar a esse Simplex.

---Agora, relativamente a esta matéria, se nós podemos ter... pagar as casas a mil e seiscentos euros o metro quadrado, os custos relacionados com esta... com o primeiro direito são custos para... são custos controlados, que são mais controlados em Famalicão que na Maia, muito mais controlados que no Porto e muito mais controlados que em Lisboa, como é óbvio, e as casas custam basicamente o mesmo, a sério com outros líderes, tanto custam aqui como lá. Mas é pela média do que é vendido nos últimos anos e por esse mesmo motivo é que nós temos cerca de mil e seiscentos euros. Se dividirem os mil e seiscentos euros pelos dez milhões de euros por mil e seiscentos euros o metro quadrado, tínhamos seis mil e tal metros quadrados e tínhamos cinquenta habitações de cento e vinte e cinco metros quadrados.-----

---As habitações a custos controlados, um T3 não pode ter mais do que 110 metros quadrados, um T2 julgo que não pode ter mais de 90. Portanto, sobram aqui muitos metros quadrados. Eventualmente, isto até era possível de fazer.-----

---Agora, se me perguntar, e eu não estou aqui para falar pessoalmente, de alguém que possa, de algum promotor que possa edificar e vender a três mil euros o metro quadrado, vai edificar a mil e seiscentos euros? Talvez não, mas se forem casas renovadas ou eventualmente não tão centrais, julgo que poderemos ter sorte e termos algumas dessas, destes dez milhões de euros afetados. -----

---**MARIA ANTÓNIA OLIVEIRA (PSD)** - Ouvimos acerca desse tema muitas coisas. A primeira que é inegável, todos conhecemos o panorama atual ao nível da habitação e que não é um panorama que se restringe a Vila Nova Famalicão, mas sim um problema que se alastra a todo o território nacional e aliás além-fronteiras. Portanto, somos todos

sensatos ao ponto de reconhecer aquele que é o problema e que não é um problema só de Vila Nova de Famalicão.-----

---Agora, voltando aqui para esta proposta, e como foi bem salientado, o senhor presidente quando apresentou a esta Assembleia esta proposta, foi o primeiro a referir, desde logo, aquelas que eram as suas perspetivas realistas em relação ao seu eventual sucesso e à concretização de resultados.-----

---Portanto, quando tanto se fala de transparência nesta assembleia, não temos exemplo melhor de transparência quanto temos uma postura como esta que declara abertamente, reconhecendo o panorama, antecipa já eventuais resultados, mas sem deixar que esse reconhecimento ou essa eventual antecipação restrinja a sua intervenção. Portanto, não deixando de ainda assim tentar executar alguma medida e, portanto, é, levar um projeto ficando dependente obviamente das ofertas que vêm a existir no mercado. -----

---Em relação a isso, também há aqui vários fatores que são importantes salientar:-----

---Em primeiro lugar, a própria tipologia de projetos que se possam candidatar no âmbito do PRR. Estamos a falar de projetos que podem visar a aquisição, a aquisição e reabilitação, a aquisição, construção, reabilitação e arrendamento. -----

---Considerando atualmente os timings para a conclusão dos processos de PRR, obviamente que já não seria exequível falar em propostas que visassem a construção ou a aquisição e reabilitação, porque obviamente os prazos não seriam possíveis de cumprir e quaisquer perspetivas de financiamento sairiam obviamente goradas. Por isso, à luz das opções disponíveis, esta parece que seria a única opção passível de ser tentada. Pronto.--

---Em relação também a algumas coisas que foram aqui referidas, e vou salientar algumas, quando se diz que não se resolve com o município. Podemos admitir que possa não se resolver apenas com o município, mas isso não pode isentar o município das suas funções e das suas funções executivas, porque ainda que a resposta possa não estar apenas no

município, cabe ao município adotar todas as medidas que possam mitigar e contribuir para diminuir a grave crise da habitação. E a verdade é que nós já temos mais de duzentas habitações conseguidas no âmbito de projetos de PRR e por isso, ainda que não possamos antecipar os resultados efetivos dessa medida, porque efetivamente vão depender do mercado e daquilo que exista, não podemos ainda assim com essa realidade ficar quietos e então pura e simplesmente nada fazer. -----

---Em face disso, e por que também não será passível acreditar que consigamos construir habitação imediata, portanto, quando se diz que a solução é haver mais oferta, ela nunca será para amanhã, para daqui a um mês ou daqui a dois meses e, portanto, em face dos prazos que nós temos, a única possibilidade que teríamos seria exatamente aquela que estamos a perseguir. Nesse sentido, há que valorizar não só o passado dos projetos que já foram aprovados, executados e com taxa de sucesso assinalável, mas há também que reconhecer o esforço e o sentido de não atirar a toalha ao chão perante um cenário que é aquele que todos conhecemos. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS - Só para complementar algumas intervenções. -----

---Primeiro dizer que nós não mudámos de metodologia, continuamos exatamente com a mesma metodologia. E ainda bem que nós desenvolvemos esta metodologia como mais uma vez, de vez em quando eu falo aqui em TPC's e aqui tá um bom TPC. Eu gostava de saber qual foi o concelho de Portugal, usando outro, tirando Lisboa, com certeza, mas já agora começamos a comparar com Lisboa, não é mau, qual foi o concelho que usando uma metodologia diferente, tem mais habitações que nós? -----

---Façam esse TPC e tragam aqui, porque isso é que é ser sério nas análises. -----

---Depois, obviamente, obviamente que a expectativa é baixa, mas como o preço médio estabelecido ou pelo IHRU, que é o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, como

sabem, que tutela a habitação pública portuguesa, ou o Instituto Nacional de Estatística, e nós podemos usar o valor, a mediana mais alta, e aqui está, são cerca de mil oitocentos e poucos euros, mil oitocentos e poucos euros, como o valor subiu relativamente à primeira tentativa que fizemos há dois anos e meio atrás, mais mês, menos mês, que era mil, menos de mil e trezentos, obviamente que manda a boa gestão e a seriedade e a responsabilidade que o fizéssemos, independentemente das expectativas, porque o dom da bruxaria ainda nós cá deste lado não.-----

---E depois lembro, já agora, que nós temos... que falaram aqui em habitação, até parece que nós não temos vários programas condicentes para que nós possamos ajudar os nossos concidadãos famalicensenses. Lembro cerca de quase trezentas e oitenta famílias que têm o apoio à renda. Nós temos apoio à renda. Nós temos o apoio a obras para as famílias de menor recurso para que possam ficar na sua habitação. Todos os anos apoiamos cerca de quarenta a cinquenta famílias. Todos os anos. E temos a habitação social, como é sabido também, temos um parque de habitação social que vamos integrando pessoas na habitação social também. E obviamente que nós não vamos parar por aqui. Como aqui foi trazido e bem, nós vamos continuar a desenvolver diligências, outros projetos que a seu tempo, não vou aqui estar a desenvolvê-los, mas a seu tempo vamos aqui trazer, porque realmente é um problema, é o chamado bom problema.-----

---Há muita gente quer vir viver para Famalicão, os famalicensenses querem cá ficar e o privado, que temos cerca de mil e seiscentas ou mil e setecentas habitações em construção neste momento pelo privado, precisamos de muito mais e vamos ter com certeza pelo menos este ritmo nos próximos anos. E, portanto, da dimensão pública, vamos ajudar para que as famílias possam ter, nomeadamente casas, como são o caso. Afinal o sorteio foi hoje, nove famílias hoje com certeza já estão muito satisfeitas porque vão ter quatro T2,

três T1 e dois T3. O sorteio foi feito há pouco, há poucas horas atrás e, portanto, terei todo o gosto em entregar as chaves a estas famílias famalicenses, meus concidadãos.---

---**LUÍS MIRANDA (PARTIDO SOCIALISTA)** - Senhor presidente, muito rapidamente. Antes de nos centralizarmos aqui na questão, só responder ao senhor deputado Ricardo Mendes, porque eu naturalmente tenho uma grande amizade, dizer-lhe que esse argumento do “a culpa é do PS” já não cola.-----

---A culpa não é do PS já não cola, até porque o Estado central, por muitos anos que tenha sido PS, já não é PS há alguns anos. E este município, há mais de vinte anos também não é PS. Era bom, era bom que assim fosse, mas não é. Há de chegar o seu tempo, senhor deputado, há de chegar o seu tempo. -----

---Senhor presidente, de facto, e nós no ponto anterior, que tanto falámos de chefias, talvez fosse todo adequado promover um... um funcionário deste município a mais uma chefia, mais não seja para dotar o gabinete do senhor presidente de que com esta estratégia, com estas ofertas públicas de aquisição, não vamos lá. -----

---Nós parabenizamos e saudamos todos os apoios de apoio à renda, de ajuda ao munícipe, de auxílio na habitação, mas estas não são as únicas soluções. E eu volto a dizer, a única solução não passa apenas pelo recorrer ao financiamento estatal para aumentar o parque habitacional público.-----

---Senhor presidente, um apoio à renda pode ajudar na crise da habitação, mas não é superior ao aumento do parque habitacional público, que não pode estar apenas dependente do financiamento do PRR e do governo central. -----

---**SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA 3.ª OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA 1.º DIREITO/ PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR), INVESTIMENTO RE-C02-I01 - PROGRAMA DE APOIO AO**

ACESSO À HABITAÇÃO - AVISO DE PUBLICAÇÃO 2.^a REPUBLICAÇÃO N.º 01/CO2-I01/2021 - COMPONENTE 02 – HABITAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS, DO CHEGA E DOS SENHORES DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, COM A ABSTENÇÃO DO PS E DA IL E O VOTO CONTRA DA CDU. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO - Passamos então aos próximos pontos da ordem de trabalhos. Tratando-se de desafetações, eu não sei se os senhores deputados pretendem agregar os pontos para fazermos a discussão em conjunto e fazermos a votação em separado? -----

---Muito bem. Serão agregados então os pontos três e quatro. -----

---TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO, COM A ÁREA DE 153,50 M2, SITA NA RUA ALBERTO SAMPAIO, DA FREGUESIA DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E CALENDÁRIO, DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, AFETAÇÃO DA MESMA AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO E AUTORIZAÇÃO DE PERMUTA. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---QUARTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, COM A ÁREA DE 16.640,80 M2, SITA NO LUGAR DE SAM, TRAVESSA

SEBASTIÃO FERNANDES, FREGUESIA DE RIBEIRÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS -

Sim, porque trata-se de propostas habituais, sendo que a proposta número quatro, estamos a pretender a desafetação do domínio público para o domínio privado dezasseis... pouco mais de dezasseis mil metros quadrados. E obviamente que é um caso excecional, que não tem vindo aqui porque nós não queremos... em sintonia, obviamente, com as juntas de freguesia, são as pequenas parcelas que lá estão há dezenas de anos, a maior parte delas não cumprem nenhum requisito para serem utilizadas, como aqui já foi dito. -----

--- No concerne a esta proposta dos dezasseis mil metros quadrados, tem a ver com o grande investimento que está para chegar a Vila Nova de Famalicão, que eu penso... em reunião de Câmara penso que já falei nisto, aqui na Assembleia presumo que não, que é da Cabelte, que do investimento... mais um projeto de interesse nacional que vai estar em Famalicão. Como é sabido, já temos um, que é da Continental Mabor, que será um investimento entre cento e cinquenta a duzentos milhões de euros num setor estratégico da União Europeia, não é só de Portugal, da União Europeia, que são cabos de média e alta tensão. -----

---Quando se fala na eletrificação de quase tudo, de quase tudo, obviamente que temos que ter os condutores elétricos e, portanto, eles vão ser feitos, as coisas com certeza vão correr todas bem, vão ser feitos em Vila Nova de Famalicão para Portugal e para a Europa. E, portanto, este terreno vai ser importante para que a alienação, por via da alienação, por via da permuta deste terreno, vai ser importante porque é necessário para que este investimento consiga ser trazido para Vila Nova de Famalicão. Ainda por cima é um terreno que a Câmara Municipal lá tem também há muitos anos, e que, portanto, também em sintonia com a Junta de Freguesia é dispensável e como foi até agora, e agora vai ser

bem aproveitado para que esta empresa o possa adquirir ou permutar. Estamos agora a ver essa questão por forma a que este grande investimento venha para Famalicão. -----

---Mais uma vez me repito, entre cento e cinquenta a duzentos milhões de euros só neste investimento. -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Relativamente a estes pontos, não é novidade para os senhores deputados a posição da CDU. E relativamente a esta proposta à desafetação de terrenos, a CDU entende que também estamos perante uma matéria que deve ser tratada com a maior responsabilidade e rigor. Estamos a falar de património público, de bens que são de todos e que devem, acima de tudo, servir o interesse coletivo. E, por isso, a sua desafetação não pode ser banalizada nem encarada como procedimento administrativo qualquer.-----

---A primeira questão que se coloca é simples: qual é, de facto, o interesse público concreto desta decisão? -----

---Quem beneficia com esta desafetação e que garantias existem quanto ao uso futuro deste terreno? -----

---Infelizmente, aquilo a que muitas vezes assistimos é a transferência de património público para interesses privados, sem que fique devidamente salvaguardado o interesse das populações. E quando isso acontece, estamos perante decisões que são na prática irreversíveis e que retiram ao município capacidade de intervenção futura. -----

---A CDU não é contra todas as desafetações, mas é claramente contra a sua utilização para alimentar processos de valorização imobiliária ou de especulação, que em nada servem as necessidades reais das populações. -----

---O que defendemos é que o património público deve ser colocado ao serviço das pessoas, seja para habitação pública, equipamentos ou outras respostas de interesse coletivo, e não como instrumento de negócio.-----

---Assim, consideramos que qualquer decisão neste âmbito deve ser devidamente fundamentada, transparente e acompanhada de garantias claras quanto ao seu fim. Caso contrário, estaremos a abrir mão de recursos públicos sem assegurar o retorno social que se exige.-----

---Nas propostas agora em apreço, o ponto um, o ponto três e o ponto quatro, verificam-se ainda condicionantes que sempre denunciámos. Dificuldade em identificar os terrenos em questão, documentos para análise com qualidade gráfica muito discutível e ausência de justificações adequadas. -----

---Estes processos não se podem resumir a meros atos administrativos, exigem de facto avaliação e ponderação. É esta a posição da CDU: rigor, transparência e defesa intransigente do interesse público.-----

---**FÁTIMA AZEVEDO (PSD)** - A proposta apresentada, a primeira proposta apresentada a esta Assembleia é um passo importante para a extensão do Parque de Pelhe. Propõe-se a desafetação da parcela de terreno com cento e cinquenta e três metros quadrados em calendário para o domínio privado e autorização de permuta. -----

---Devido a condicionantes impostas pelas infraestruturas de Portugal, foi necessário ajustar o projeto para garantir que os percursos pedonais fiquem de fora da zona não edificável. Esta alteração técnica exige a aquisição de uma parcela privada de cerca de oitocentos e setenta metros quadrados, essencial para dar continuidade ao parque. -----

---Após negociações, o proprietário aceitou a permuta por uma parcela municipal de cento e cinquenta e três metros quadrados da rua Alberto Sampaio. Ao fazermos a troca, ganhamos em duas frentes. Primeiro, desbloqueamos a expansão do Parque Pelhe e como segundo, permitimos a regeneração urbana da rua Alberto Sampaio, onde esta parcela será integrada no novo edifício multifamiliar, melhorando o arranjo urbanístico da zona.

---É então uma gestão eficiente do património municipal, porque liberta-se um terreno sem uso para adquirir solo vital para um equipamento coletivo. -----

---Votar favoravelmente é garantir a extensão do corredor verde do Parque de Pelhe e é transformar metros quadrados em qualidade de vida. -----

---Na segunda proposta refere-se à desafetação do domínio público para o domínio privado municipal de uma parcela de dezasseis mil seiscentos e quarenta metros quadrados no lugar de São, em Ribeirão.-----

---Este terreno inicialmente foi reservado para a variante nacional catorze que, entretanto, mudou o traçado. É, portanto, um património morto e sem qualquer utilização pública planeada. -----

---Ao desafetá-lo, estamos a libertar um solo sem uso para que possa cumprir uma nova e superior função social e económica. Marcelo Caetano diz que a dominialidade cessa quando desaparece a utilidade pública da coisa. -----

---Esta desafetação é o passo administrativo necessário para libertar um terreno que já não serve o propósito rodoviário original, permitindo que o município o coloque ao serviço do desenvolvimento económico da freguesia, conforme previsto no PDM. -----

---O terreno situa-se em espaço de atividades económicas, o que torna ideal para a expansão industrial da freguesia. É solo disponível para empresas que querem crescer e que olham para Famalicão como uma terra de oportunidades.-----

---A Junta de Freguesia de Ribeirão já emitiu um parecer favorável à sua integração no domínio privado para fins de desenvolvimento económico.-----

---O votar a favor desta desafetação é votar no progresso, na ciência e no emprego. É dizer sim ao desenvolvimento, mas fundamentalmente, dizer sim à criação de emprego qualificado para os nossos jovens.-----

---**TERCEIRO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO, COM A ÁREA DE 153,50 M2, SITA NA RUA ALBERTO SAMPAIO, DA FREGUESIA DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E CALENDÁRIO, DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, AFETAÇÃO DA MESMA AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO E AUTORIZAÇÃO DE PERMUTA. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS, DO CHEGA E DOS SENHORES DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, ABSTENÇÃO DO PS, DA IL E DA CDU.**-----

---**QUARTO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, COM A ÁREA DE 16.640,80 M2, SITA NO LUGAR DE SAM, TRAVESSA SEBASTIÃO FERNANDES, FREGUESIA DE RIBEIRÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS, DO CHEGA E DOS SENHORES DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, ABSTENÇÃO DO PS, DA IL E DA CDU.**-----

---QUINTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS, PARA EFEITOS DO DISPOSTO NOS N.ºS 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS – Só para dizer que é uma proposta habitual, pelo que prescindo.-----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO PS, DO CDS, DO CHEGA, DA IL E DOS SENHORES DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, ABSTENÇÃO DA CDU.-----

---SEXTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA A INSTALAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE GONDIFELOS, PELO PRAZO DE CINCO ANOS, PELO VALOR ANUAL DE SEIS MIL EUROS, E APROVAÇÃO PARA EFEITOS DE AUTORIZAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, CONFORME DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS – Como é sabido, nós estamos a construir, transformando muito a atual rede de cuidados de

saúde primário para uma rede de cuidados de saúde primário de excelência em Vila Nova de Famalicão. -----

---Estão neste momento em obras, como é sabido, sete unidades de saúde. Lembro São Miguel-o-Anjo, que está pronta. Está em obra Joane, a Unidade Urbana, Ruivães, Nine, Lousado e o Centro de Diagnóstico Pneumológico, que também está em obras. E nós precisamos também de evoluir em Gondifelos, onde existe uma pequena unidade de saúde só com um médico, que não cumpre os requisitos que temos para a qualidade que exigimos em Vila Nova de Famalicão, para esta rede de cuidados de saúde primário. Portanto, em Gondifelos, para que haja esta evolução, precisamos de mais espaço, pois precisamos obviamente de fazer obras para que esta unidade também possa ser transformada numa unidade de saúde familiar. -----

---Obviamente que esta estratégia está em consonância com o Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde, é, que concorda plenamente e por isso estamos aqui a desenvolver, no âmbito da estratégia que temos para esta rede de cuidados de saúde primário, aqui estas diligências, nomeadamente com este contrato de arrendamento, por forma a que possamos acrescentar, penso eu, cerca de cento e dez metros quadrados ao que já temos, porque é uma loja contígua à atual, por forma a que nós possamos evoluir também nesta unidade em Gondifelos. -----

---**SANDRA SANTOS (PS)** - Relativamente ao contrato de arrendamento para a Unidade de Saúde de Gondifelos, o Partido Socialista vota favoravelmente, mas esta proposta não pode ficar sem algumas palavras da nossa parte. Que a resposta que o senhor apresenta é uma solução provisória e insuficiente para Gondifelos e freguesias envolventes. -----

---Senhor presidente, aquilo que hoje nos apresenta não pode ser o projeto para a saúde de Gondifelos, nem das respetivas freguesias que ali estão em redor. -----

---Um espaço arrendado pode responder a uma necessidade imediata, mas não substitui uma estratégia séria para os cuidados de saúde primários de Gondifelos.-----

---Por outro lado, é impossível não comparar esta situação com a freguesia de Nine. Nine terá um novo centro de saúde financiado pelo PRR numa freguesia com dimensão populacional semelhante à realidade de Gondifelos, Cavalões e Outiz. Por isso, os famalicenseiros têm o direito de perceber porque razão Gondifelos não teve o mesmo acesso e a mesma prioridade ao PRR quando na altura existiam fundos do PRR negociados pelo governo liderado, aqui sim, pelo senhor António Costa.-----

---Importa também reconhecer o papel do importante Dr. Ivo Sá Machado, atual vereador e ex-diretor executivo do ACES de Famalicão, bastante conhecedor da realidade dos cuidados de saúde no concelho, sobretudo dos cuidados de saúde primários, e que muito contribuiu para as atuais respostas de proximidade para os famalicenseiros. -----

---Senhor presidente, a questão principal que colocamos é: qual é verdadeiramente o objetivo deste arrendamento? Porque Gondifelos tem atualmente apenas um médico e necessita de mais profissionais. Julgo que deve ser do seu conhecimento que quando este médico ou um auxiliar tem férias, o centro de saúde fecha. Portanto, é meramente insuficiente, nem sequer é uma resposta paliativa, porque os paliativos requerem cuidados continuados semanalmente e diariamente. -----

---Esta necessidade é ainda pior quando, de facto, temos USF's em Famalicão que estão sobrelotadas e a recusar inscrições. -----

---Portanto, nós temos população famalicenseiro sem resposta porque efetivamente não concorremos ao PRR na altura devida. Portanto, deixamos aqui quatro questões muito concretas ao executivo: -----

---Qual é o verdadeiro objetivo deste arrendamento? Portanto, se é uma coisa para um mês, dois meses.-----

---Se existe garantia por parte do Conselho de Administração da ULS, que o senhor em vez de ter lá um médico, vai conseguir pelo menos pôr dois a três para que se possam render nas suas férias ou nos seus atestados. -----

---Para além disso, gostávamos de saber se está prevista a criação de uma nova USF em Gondifelos, à semelhança da freguesia de Nine, e que compromisso foram assumidos entre a ULS do Médio Ave e a Câmara Municipal relativamente ao futuro desta unidade? Se vamos manter de forma temporária. -----

---Senhor presidente, Gondifelos merece mais do que uma solução temporária. Merece uma visão, planeamento e igualdade nos acessos de cuidados de saúde. Não deve haver famalicenses diferenciados. -----

---**JOÃO FONTES (PSD)** - Ouvimos aqui o PS a dizer que vai votar a favor, mas com um grande “mas”, com uma grande declaração de voto. É que é a favor na votação, mas parece ser contra a proposta. E diz que há falta de planeamento estratégico na saúde, que há falta de investimento e, temos que ouvir isto bem, que não concorremos suficientemente ao PRR. -----

---Senhora deputada, são treze milhões de euros. São sete unidades de saúde, esta será a oitava. Em Lousado, em Nine, em Joane, em São Miguel Anjo, é a Unidade de Saúde Urbana, é a Unidade de Ruivães/Landim e o Centro de Diagnóstico Neurológico. Agora temos Gondifelos e a senhora deputada diz que o grande problema com Gondifelos é que se um funcionário vai de férias que nós temos que fechar o Centro de Saúde de Gondifelos. E a minha questão é: -----

---Então se queremos aumentar o número de funcionários, não temos que aumentar o espaço?-----

---Se precisamos de uma... se queremos uma candidatura no futuro a qualquer meio de financiamento estatal, europeu, o que quer que seja, vamos esperar mais anos, senhora deputada, ou vamos criar uma solução imediata? -----

---Vamos fazer esse contrato de arrendamento com um custo que parece, acho que a qualquer um de nós, um custo bastante razoável e resolver no imediato os problemas da população de Gondifelos, de Cavalões e de Outiz. -----

---Para mim e para o grupo municipal do PSD, a resposta, senhora deputada, é bastante clara. Temos certamente que apoiar esta proposta, temos que dar uma resposta imediata e deixo-lhe uma questão: -----

---Quem é que se apoiou tanto em fundos do PRR para criar unidades de saúde como Famalicão? -----

--- E por isso a votação é clara. Cinco anos parece-nos um tempo mais que suficiente para procurar novas alternativas permanentes, mas a resposta não pode esperar mais tempo. Não pode esperar um novo ciclo de investimentos públicos. A resposta tem que ser imediata.-----

---**DUARTE VEIGA (PRESIDENTE DA JUNTA DE RUIVÃES)** – E eu há coisas que me custam ouvir. E custou-me ouvir ali a senhora deputada do Partido Socialista enaltecer o trabalho do Dr. Ivo Sá Machado, agora vereador, enquanto dirigente, diretor do ACES. Se calhar perguntou-lhe o que é que ele fez com o Centro de Saúde de Ruivães?

---Que ele esvaziou do utente o Centro de Saúde de Ruivães com a intenção de a fechar?

---Você recorda-se que a bancada do Partido Socialista não votou a favor da construção do novo Centro de Saúde de Ruivães?-----

---Esqueceu-se? -----

---O vosso candidato à Câmara, Eduardo Oliveira, em reunião de Câmara, não votou favoravelmente à construção do Centro de Saúde. Veio aqui à Assembleia Municipal e

vocês, deputados do PS, não votaram a favor do Centro de Saúde de Ruivães. Mas uma coisa é certa, vocês estão a melhorar, porque agora já votam a favor, com todos esses “mas”, mas agora já são a favor da construção, dos alargamentos do Centro de Saúde. Temos que ser sérios naquilo que dizemos e não esquecer o que está para trás. Perguntem ao ex-diretor do ACES o que que ele quis fazer com o Centro de Saúde de Ruivães. É isso que tem que lhe perguntar. E quantas vezes eu fiz questões acerca, acerca do Centro de Saúde de Ruivães, questões escritas, que pedia resposta escrita, pergunte-lhe quantos e-mails ele me respondeu por escrito. -----

---Mais, relembro-lhe a última reunião que nós tivemos... posso? Posso? Eu sei que dói, eu sei que a verdade dói. Eu sei que a verdade dói. Senhor presidente... -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** – Senhores deputados, senhores deputados, só um bocadinho. Calma. -

---**DUARTE VEIGA (PRESIDENTE DA JUNTA DE RUIVÃES)** – Estamos a falar do Centro de Saúde. -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** – Posso? -----

---**DUARTE VEIGA (PRESIDENTE DA JUNTA DE RUIVÃES)** – Está a falar do Centro de Saúde. -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** – Senhores deputados, posso falar? Se me quiserem ouvir, eu vou-me pronunciar. Se não quiserem, eu não me pronuncio. Posso? Muito obrigado. -----

---Senhor presidente da Junta, o senhor pediu a palavra, regimentalmente tem direito à palavra e foi por isso que lhe foi concedida. Faço a mesma interpelação que fiz ao senhor deputado anteriormente para que nos cinjamos ao ponto. Percebo que tenha sido abordada uma questão que lhe é sensível, nomeadamente a questão do Centro de Saúde de Ruivães.

Deixei-o fazer esta introdução, presumindo que seria depois a encaminhar para o ponto do Centro de Saúde de Gondifelos. Peço que o possa fazer, caso contrário, que abdique de usar a palavra nesse tempo. -----

---DUARTE VEIGA (PRESIDENTE DA JUNTA DE RUIVÃES) – Muito obrigado. O que eu tinha a dizer, já disse. -----

---RICARDO MENDES (CDS) - Só para acompanhar aquilo que referiu a senhora deputada do PS e ser solidário, porque de facto o Dr. Ivo Sá Machado travou uma dura batalha com o governo do PS que queria encerrar instalações de saúde cá em Famalicão, o exemplo da maternidade, o exemplo de algumas unidades de saúde locais, concretamente, julgo que Ruivães foi desse um exemplo, mas houve outras que estiveram ameaçadas por esse encerramento. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS - Para acrescentar e repor também alguma verdade, a senhora deputada do Partido Socialista veio aqui, não a considero maldosa, portanto, não foi por maldade com certeza que disse, um conjunto de inverdades que aqui foram trazidas, porventura por alguma ignorância acerca desta matéria. -----

---Como sabe, como sabe, o PRR que foi distribuído pelos vários municípios não teve a ver com o valor da obra, era por unidade, um valor que era negociado. E eu posso lhe dizer aqui que nestes treze milhões, os treze milhões que se fala não são todos PRR. O PRR são nove, ou nove vírgula dois ou nove vírgula três. Neste momento, a Câmara Municipal, o orçamento da Câmara Municipal está a complementar o orçamento já vai em três vírgula cinco milhões de euros, três vírgula cinco milhões de euros. -----

---Depois, como sabe, presumo, aí tem que saber, que não é o presidente da Câmara que coloca médicos, nem coloca professores nas escolas. Portanto, temos que ter seriedade

mínima, mínima. E, portanto, peço-lhe que é para eu também ter toda a tolerância democrática, porque também não podemos ouvir e ficar calados, como é óbvio. -----

---Portanto, não pode dizer o que disse, que é uma autêntica falsidade. E, portanto, obviamente que o Dr. Ivo Sá Machado também ajudou, contribuiu. Nós queremos muito mais, estamos a fazer mais. Lousado, por exemplo, é do PT 2030. Conseguimos, depois disso, também no ano de PRR, mais algum dinheiro. Gondifelos nada tem a ver com isto. Vamos fazer por esforços próprios. Temos projetos no âmbito da Rede de Cuidados de Saúde Primária diversos também, porque nós queremos uma rede de excelência, não queremos cá listas de espera em Famalicão, o que se ouve nas televisões não se aplica a Famalicão. -----

---Isto funciona em rede, isto não é por freguesia, está completamente errada. Está, não sabe mesmo. Ok. É uma boa lição o dia de hoje. Portanto, isso funciona em rede, os utentes podem escolher Nine, Famalicão, há muitas, de Outiz, de Gondifelos e de Cavalões que estão em Famalicão porque querem estar e é bom ter essas oportunidades de escolha. Isso existe em Famalicão e, portanto, é assim que funciona. -----

---O que é certo, no fim disto tudo ou no fim do dia, vamos ter uma das melhores redes de cuidados de saúde primários de Portugal. -----

---**SEXTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA A INSTALAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE GONDIFELOS, PELO PRAZO DE CINCO ANOS, PELO VALOR ANUAL DE SEIS MIL EUROS, E APROVAÇÃO PARA EFEITOS DE AUTORIZAÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, CONFORME DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA.**-----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO PS, DO CDS, DO CHEGA, DA IL E DOS SENHORES DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, ABSTENÇÃO DA CDU.-----

---PAULO PINTO (PS) - Como foi dito atempadamente pela minha camarada da bancada e de forma bastante correta, o Partido Socialista vota favoravelmente dada a urgência da mesma. No entanto, foram levantadas várias questões que mais uma vez o senhor presidente da Câmara não teve a dignidade de nos responder cumprindo o estrito previsto no regimental, no ponto de vista regimental e da lei. -----

---Todos sabemos que... diz que não é responsável pela contratação de médicos, no entanto, para cortar fitas e inaugurações e para se salvaguardar outras situações, vemos na primeira fila. Portanto, umas vezes serve para umas coisas, outras vezes não serve para outra. -----

---Mas como já vem sido o hábito neste senhor presidente da Câmara não responder às perguntas da oposição, aliás, ainda hoje, no primeiro ponto da ordem de trabalhos, teve... conseguiu não responder a uma única pergunta dos vários grupos municipais, o Partido Socialista vai ter que fazer o uso de uma ferramenta regimental, que é um requerimento por escrito, para ver se o senhor presidente da Câmara finalmente se digna a responder a alguma das perguntas. -----

---Senhor presidente da Assembleia, peço que dentro da sua capacidade e vasta capacidade, possa convencer o senhor presidente da Câmara a responder por escrito aos nossos requerimentos por escrito, que vamos apresentar neste ponto relativamente ao

primeiro, para finalmente podermos ter direito a alguma resposta que os famalicenses assim o exigem.-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO – O requerimento é admitido na mesa. -----

---Aproveito para informar que na última Assembleia Municipal foram entregues requerimentos do Partido Socialista da mesma índole e que a Assembleia Municipal, tendo-os transmitido ao senhor presidente da Câmara, recebeu já, tive pelo menos hoje conhecimento, a resposta que, entretanto, será encaminhada para os senhores deputados do Partido Socialista. -----

---SÉTIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL CIM DO AVE - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E DE FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES EXERCIDAS AO ABRIGO DAS COMPETÊNCIAS DE AUTORIDADE DE TRANSPORTES, DE ACORDO COM A MINUTA ANEXA, BEM COMO A RESPETIVA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, DOS ARTIGOS 6.º, N.º 1, ALÍNEA C), DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, E 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS - Sim, senhor presidente, a proposta é de fácil compreensão. Trata-se duma nova operação de transportes para a CIM do AVE, em articulação, neste caso em particular, também com a CIM do Cávado. Vai ser desenvolvido um concurso público conjunto com dois lotes, um para o Ave, outro para o Cávado, para que haja a articulação que tem que haver entre estas duas redes, nomeadamente no que concerne às linhas e aos horários. A grande

diferença desta operação para a anterior é que será uma operação diferente, que assenta na prestação de serviços, tal e qual a que temos agora na MobiAve. Digamos que a MobiAve, o exemplo da MobiAve foi que sustentou este novo modelo, que é bastante diferente da atual, da AveMobilidade, conforme devem saber, e, portanto, será assente na prestação de serviços e isto quer significar que, neste caso em particular, a CIM do Ave, tal como temos nós, enquanto autoridade de transporte também, com esta operação que temos atualmente, é que temos mais graus de liberdade para poder ir gerindo, ajustando, adequando no tempo, no tempo a rede de transportes, ao contrário da que tínhamos e ao contrário daquela que existe atualmente, quer na CIM do Cávado, quer na CIM do AVE.

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Apenas para pronunciar sobre o sentido de voto. Obviamente não ignoramos a necessidade de garantir transportes públicos às populações. Consideramos que este é um dos grandes desafios a que importa responder e que se deve... e que se colocam na atualidade, mas também não podemos deixar de denunciar que o governo continua a passar responsabilidades para municípios e CIM's sem garantir os meios necessários, mantendo o modelo excessivamente dependente de operadores privados. O que se impunha era avançarmos na defesa de um passe intermodal para região, o que é necessário investir na ferrovia, nomeadamente com a ligação direta Guimarães-Braga e a reativação da linha de Famalicão à Póvoa. -----

---O que é necessário é investimento em transporte público e não continuarmos este modelo de rendas garantidas para os privados que atuam neste setor e da experiência, sabemos que este modelo político não garante nem qualidade, nem linhas com os horários a que as pessoas necessitam e, por isso, optaremos pela abstenção. Não pretendemos, obviamente, bloquear o funcionamento deste sistema, mas marcamos profunda distância política deste modelo que nada resolve e adia as soluções necessárias. -----

---**MIGUEL FIDALGO (IL)** - Este ponto cria um compromisso financeiro para Famalicão entre 2028 e 2034. O total é cerca de seiscentos e cinquenta e três mil euros, começa com setenta e seis e chega a cento e seis. Todos os anos sobe cerca de cinco mil euros. -----

---À partida, não tenho nenhum problema com cooperação intermunicipal. Pelo contrário, Famalicão devia ter ainda mais ambição nesta matéria. As pessoas não vivem fechadas dentro das fronteiras do concelho, estudam em Braga, trabalham no Porto, vão a Guimarães, a Santo Tirso, à Trofa, a Barcelos. A mobilidade real das pessoas é intermunicipal e a política pública devia acompanhar essa realidade. -----

---Aliás, uma verdadeira área metropolitana do Minho, com escala, coordenação e força política, podia ser uma resposta muito mais ambiciosa para transportes, mobilidade, habitação, economia e planeamento territorial. Mas ambição não é fingir que temos aquilo que não temos. -----

---Na última assembleia, ouvi o senhor presidente da Câmara dizer que temos uma rede de transportes equivalente à área metropolitana do Porto. Confesso que, por falta de tempo de intervenção, limitei-me a sorrir, porque qualquer famalicense que depende todos os dias dos transportes públicos sabe que isso não corresponde à verdade, nem pouco mais ou menos. Se fosse verdade, não teríamos tantos carros na estrada todos os dias, não teríamos tanta dependência de transporte individual, não teríamos tantas pessoas a dizer que para estudar, trabalhar ou simplesmente chegar a horas, não podemos contar com o transporte público. Por isso, a pergunta aqui não é se devemos comprar com a CIM, devemos, claro. A pergunta é: Que melhoria concreta é que este compromisso compra?

---Quantos passageiros a mais? -----

---Que frequência nova?-----

---Que ligações passam a existir? -----

---Que horários melhoram?-----

--- Que freguesias ficam mais bem servidas?-----

---Qual é o custo por passageiro?-----

---Quantas reclamações temos hoje e qual é a meta para reduzir?-----

---Sem estes indicadores, aprovamos encargos e ficamos à espera que corra bem. Pergunto ao executivo: Qual o limite máximo de exposição financeira familiar neste modelo? -----

---E que relatório anual será entregue à Assembleia com passageiros transportados, pontualidade, cobertura territorial, custo passageiro e qualidade do serviço? -----

---Nós vamos optar por abster-nos nesta matéria, mas queremos transportes públicos melhores, queremos cooperação entre concelhos, queremos ainda mais ambição regional e a mobilidade mete-se no serviço que chega às pessoas realmente e não na comparação bonita que fica bem neste plenário. -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** – Umas breves notas. A primeira é para perguntar à CDU, que sustentou o governo, o governo da Geringonça durante quatro anos, porque é que não alterou o regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros. Teve quatro anos, senhora deputada. Quatro anos! Quatro anos a sustentar a Geringonça. Nunca o Partido Comunista levou à Assembleia da República uma alteração digna para viabilizar e para alterar este regime que agora tanto critica. -----

---Já agora, ficam também a saber os senhores presidentes de junta de Brufe, de Vila Nova de Famalicão, Brufe, Louro, Gondifelos, Cavalões, Outiz, que o Partido Comunista quer acabar com a Ciclovia. Acabou agora mesmo de dizer: "Ciclovia não, vamos lá construir a rede ferroviária em Famalicão no ramal que tínhamos." Aliás, algo que já não é novo, que já o disseram numa campanha eleitoral, não nas últimas, mas nas anteriores.-----

Mas fica aqui uma vez mais reforçado. De facto, Ciclovia já era.-----

---Depois, dizer o seguinte: senhor presidente e senhoras e senhores deputados, recordar que o que nós estamos hoje aqui a discutir, o que nós hoje estamos aqui a discutir é um contrato de delegação de competências. Nós não estamos aqui a discutir, senhor deputado Miguel Fidalgo, o concurso público. O senhor deputado quer discutir o concurso público. Pois é, mas a proposta que está aqui não é a discussão do concurso público, é a delegação de competências. E, portanto, quer fazer um debate para a qual, de facto, nenhum de nós provavelmente estará preparado, porque nenhum de nós domina sequer esse concurso público. Mas é uma boa medida, uma boa matéria que poderá levar eventualmente para o Conselho, não pode, porque não tem lá representante, mas é uma boa matéria para se levar a outros órgãos e outras instâncias, nomeadamente ao Conselho da Comunidade Intermunicipal do Vale do Ave.-----

---Uma terceira nota, senhor presidente, para realçar algo que me parece importante. É que quando Vila Nova de Famalicão, conjuntamente com os municípios da Trofa e de Santo Tirso, avançaram com a Mobiave, muitos senhores presidentes de Câmara de municípios abrangidos por esta região, pela Comunidade Intermunicipal do Ave, criticaram a opção de Vila Nova de Famalicão. Diziam que era má, que o modelo não se adaptava, que não ia ter resultados positivos. E o que é que nós hoje estamos aqui a fazer? Exatamente a adotar o mesmo modelo. Ou seja, termos apenas uma operadora e não mais do que uma operadora, numa que cobre, obviamente, como não podia deixar de ser, uma rede intermunicipal, porque é essa as suas competências, mas sob a forma de prestação de serviços e não sob a forma de concessão. Ou seja, aquilo que antes tantos autarcas desta região e dirigentes desta comunidade criticaram as opções de Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso e Trofa, hoje deram a mão à palmatória. Vamos daí que este é um bom modelo. -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Senhor deputado Jorge Paulo Oliveira, eu não sei qual é a estranheza da posição da CDU relativamente à linha da Póvoa/Famalicão. Nós fomos contra esse processo, se bem se recorda. Acho que estar a sublinhar, porque quis recordar, obviamente. Claro que sim. Aliás, eu sou do tempo em que gostava bastante de utilizar o comboio e ir à praia da Póvoa, assim como todos os famalicenses. Portanto, eu gostaria de recordar esses velhos tempos. Não sei qual é a admiração, senhor deputado.-----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - É só para dizer que eu sou muito adepto de mobilidade suave e vou de bicicleta para a Póvoa através de ciclovia. -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Senhor deputado, sou ainda mais adepta dessa mobilidade, por isso é que eu faço atletismo. -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** - Senhores deputados, por favor, vamos manter a ordem.-----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Ó senhor presidente, a senhora deputada Tânia Silva faz atletismo e com qualidade e com resultados que o município lhe reconhece. ---

Agora, a correr atletismo eu não vou atrás da senhora deputada, efetivamente. Mas eu de bicicleta acho que ainda assim consigo chegar mais cedo. Mais cedo. Olhe, muito bem.

---Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.-----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** - Senhores deputados, por favor. -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Acho que vamos, acho que vamos um dia destes fazer o desafio. Muito obrigado. Mas fica, fica o desafio, aceite. -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Já que estamos... senhor deputado, já que estamos neste tom de brincadeira, veja lá, o senhor deputado conseguiu ter uma forma de utilizar a bicicleta mais cedo do que eu ter uma pista de atletismo. -----

SÉTIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL CIM DO AVE - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E DE FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES EXERCIDAS AO ABRIGO DAS COMPETÊNCIAS DE AUTORIDADE DE TRANSPORTES, DE ACORDO COM A MINUTA ANEXA, BEM COMO A RESPETIVA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO, DOS ARTIGOS 6.º, N.º 1, ALÍNEA C), DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, E 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS FAVORÁVEIS DO PSD, DO PS, DO CDS, DO CHEGA E DOS SENHORES PRESIDENTES DA JUNTA INDEPENDENTES, ABSTENÇÃO DA IL E DA CDU. -----

---OITAVO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO PARA AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL PARA DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS, AO ABRIGO DO "ACORDO QUADRO PARA FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL" CNCM- AQ/67/2023, E AUTORIZAR E RATIFICAR A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, PARA EFEITOS DOS N.ºS 1 E 6 DO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS -

Uma proposta também habitual, pelo que prescindo.-----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS FAVORÁVEIS DO PSD, DO CDS, DO CHEGA E DOS SENHORES PRESIDENTES DA JUNTA INDEPENDENTES, ABSTENÇÃO DO PS, DA CDU E DA IL. -----

---NONO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A DGAL 2027 - DISTRIBUIÇÃO DE VALORES ÀS FREGUESIAS, PARA EFEITOS DE AUTORIZAÇÃO, A PRESENTE PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DOS AUTOS DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS -

Tratando-se de uma proposta habitual, prescindo. -----

---ANTÓNIO FERREIRA DA SILVA (PS) - Cumprimento o excelentíssimo senhor presidente da Assembleia na sua pessoa e a restante Mesa e desde já também agradeço a sua paciência para dirigir estes trabalhos. Deus deu-lhe esta paciência, se lhe desse força ia ser um problema aqui dentro. -----

---O Partido Socialista vem cá mais uma vez pronunciar-se sobre uma proposta de transferência de competências da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão para as Juntas de Freguesia. -----

---Queremos começar por deixar claro aquilo que para nós é essencial. O Partido Socialista é favorável ao princípio da descentralização de competências. Acreditamos que a proximidade das juntas de freguesia às populações permite respostas mais eficazes, mais céleres, mais ajustadas às reais necessidades dos cidadãos. -----

---Não está, por isso, em causa a assunção destas competências pela junta. Mas há aqui uma questão central que não podemos ignorar: os valores associados a estas transferências. Os montantes propostos para o presente ano mantêm-se inalterados desde 2024. Isto é, no mínimo, preocupante. Desde então, todos assistimos a um aumento significativo da inflação, à subida generalizada dos custos e bens e serviços, ao aumento dos combustíveis, dos materiais e dos encargos operacionais. Esta é uma realidade que ninguém pode negar. Manter os mesmos valores de há três anos é ignorar completamente esta evolução económica. Mais do que isso, é promover uma desvalorização real dos recursos atribuídos às juntas de freguesia, colocando inevitavelmente em causa a qualidade dos serviços prestados às populações. -----

---E não falamos de forma abstrata. Falamos com base naquilo que nos é transmitido. Os presidentes da junta também manifestam de forma clara a sua discordância relativamente aos valores atribuídos, especialmente no que diz respeito a limpezas de vias, espaços públicos, sarjetas e sumidouros.-----

---Para além de desajustados, estes valores levantam ainda uma questão de equidade. Não é justo tratar de forma igual realidades diferentes. Freguesias com maior componente rural não podem ter o mesmo enquadramento financeiro nas freguesias predominantemente urbanas, com exigências, densidades e custos distintos. -----

---Perante este cenário, aquilo que se antevê é simples: as juntas de freguesia serão forçadas a recorrer aos seus próprios orçamentos para colmatar estas insuficiências e isso

significa retirar recursos de outras áreas essenciais, apenas para garantir o cumprimento de competências que deveriam ser devidamente financiadas pela Câmara Municipal.----

---O Partido Socialista entende que a Câmara tem recursos e a obrigação para disponibilizar uma transferência justa e adequada de meios financeiros. Isto não é descentralização, é na prática transferência de encargos. -----

---Assim reafirmamos com total clareza, estamos de acordo com a transferência de competências, mas estamos total desacordo com os valores apresentados. Defendemos que estas devem ser revistas e atualizadas de acordo com a realidade atual, garantindo que as juntas de freguesia têm condições efetivas para cumprir as suas funções sem comprometer o seu equilíbrio financeiro. -----

---Por aquilo que está em causa não é apenas uma questão de números, está em causa a qualidade dos serviços públicos e o respeito pelas populações que representamos. E, por isso, deixamos aqui uma questão direta ao senhor presidente da Câmara, uma questão que o Partido Socialista, em particular, de certeza que os presidentes da junta também querem ver respondida. -----

---Visto que este ano foi aprovado o tão aclamado o maior budget orçamental, em que também os custos fixos aumentaram substancialmente, tendo também em conta o também foi aprovado recentemente pelo executivo aproximadamente um milhão de euros para as festas antoninas deste ano, está o senhor presidente disponível para rever e alterar estes valores já nesta auto-transferências que hoje discutimos e não apenas num momento futuro? -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS -

Sim, eu, há pouco, não quis tecer alguma consideração porque era uma proposta habitual para que a DGAL possa fazer a respetiva transferência. -----

---Se estamos a falar das transferências que a Câmara Municipal faz para as juntas de freguesia de Vila Nova de Famalicão, deve-se, tirando Lisboa e Porto, deve ser as maiores de Portugal. Portanto, nós aqui, e obviamente eu reconheço, sem nenhuma dificuldade, que estes trezentos e cinquenta mil euros que são transferidos nesta proposta, porque temos outras propostas a transferir mais dinheiro para mais obras. Lembrando também que no último mandato, fora as obras municipais que desenvolvemos nas freguesias, ficou perto dos cinquenta milhões de euros. E, portanto, há uma perspetiva supra, independentemente se para limpeza tem A, para as juntas de freguesia o que querem ver são os seus problemas todos resolvidos, não é só o problema da limpeza. -----

---Admito que estes trezentos e cinquenta mil euros possam ser ajustados, claro que sim. Claro que sim, claro que sim. E era muito fácil eu dizer vamos ajustar isto, só que vamos subtrair às obras, que é o que fazem as outras Câmaras todas. Portanto, eu não quero isso. Eu quero continuar a ter um nível de investimento, seja por empreitadas municipais, seja por delegações de competências, que vamos ter aqui uma proposta de um vírgula dois milhões de euros, seja por contratos de cooperação que já temos atribuído várias, seja também, por esta dimensão um pouco mais pequena destas delegações, que é para cópias, que é para limpeza de vias, como referiu. Portanto, temos que ter uma perspetiva global, porque a falar parece que a única transferência que a Câmara Municipal faz para as freguesias é para limpar as bermas das estradas. -----

---Isso, digamos que é coisa mais... os trezentos e cinquenta mil euros nem representa nada no contexto de todo o universo dos investimentos e despesa corrente que nós transferimos e fazemos nas freguesias. Portanto, para que também se faça aqui justiça aquilo que temos feito e obviamente que vamos continuar a fazer, aliás, como mostra as propostas que já levamos à reunião de Câmara, ainda esta aqui de um vírgula dois milhões de euros, que é tudo para obras, saneamento e pavimentações de estrada. Portanto, temos

que ter aqui uma perspetiva mais generalizada e não querer particularizar apenas para a limpeza de estradas. Eu reconheço que porventura tem que ser atualizado e há de ser. Claro que sim. Claro que sim. Vai ser atualizado. Mas eu não quero é subtrair aos contratos de cooperação, às empreitadas e às delegações de competências para investimento. E lembro também que já aumentei as verbas livres, como é sabido, em vinte por cento este mandato. Também é bom.-----

---Quando se diz, eu gosto que se diga ao menos tudo, tudo, para que se faça a avaliação. E, portanto, no que concerne às juntas de freguesia, às nossas comunidades de freguesia, basta olhar para elas e basta ver os investimentos até que o privado está a fazer, que está a fazer de uma forma dispersa em todo o concelho. Significa que tem água, saneamento, que tem as infraestruturas, eletricidade, tem estradas, tem parques, tem absolutamente tudo, tem unidades de saúde, tem a dimensão associativa forte, que também apoiamos, que também são nas freguesias, o desporto, a cultura, também são nas freguesias. E, portanto, deve-se dizer isso e depois, porventura, dizer: pronto, ok, isso tá tudo ótimo. Aqui precisámos de uma pequena atualização ou uma atualização nesta proposta.-----

---Claro que sim, aceito isso, mas tem que dizer o resto também, porque senão fica a ideia que aqui a Câmara Municipal de Famalicão dá trezentos e cinquenta mil euros para as freguesias e não dá mais nada, e não é verdade. Trezentos e cinquenta mil é uma gota no oceano naquilo que transferimos para as juntas de freguesia. Mas fica a nota que nós precisamos de atualizar e vamos atualizar com certeza no futuro. -----

---**ANTÓNIO FERREIRA DA SILVA (PS)** - Se meu pai me desse ou minha mãe me desse o nome de António, seria justo também. -----

---Senhor presidente, neste momento estamos a debater este assunto. Eu sei que há outras realidades. Estamos a debater este ponto. Neste ponto em concreto, nós achamos que está desajustado o valor de algum tempo. Portanto, sei muito bem que há outras transferências

e outros investimentos, não é? Que há outros investimentos, portanto. Mas também fico satisfeito com aquilo que o senhor presidente disse que vai rever estes valores e sinto-me agradecido ao Partido Socialista com isso. -----

---DUARTE VEIGA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE RUIVÃES)

- Relativamente a este assunto, o senhor deputado do Partido Socialista falou e bem, mas se calhar devia fazer reuniões também com os presidentes de junta do PS, porque todos eles aceitaram a delegação de competências. -----

---Sim, sim, aceitaram. Essa, essa delegação de competências que veio aqui dizer que é pouco, ok.-----

---Mas a questão, a questão que eu quero colocar aqui ao senhor presidente de Câmara, e eu sei que deu aqui a volta, fez aqui, o que se costuma dizer na gíria de futebol, fez aqui uma finta e fez aqui uma coxinha e fugiu aqui ao tema, porque estava a dizer que estamos aqui a falar de trezentos e cinquenta mil euros para as freguesias, que é uma gota no oceano. Mas ó senhor presidente, estamos aqui a discutir a delegação de competências para limpeza das vias municipais, sarjetas, sumidouros e parques públicos. É isso que estamos aqui a discutir. Não é mais nada. Há de chegar a altura de discutir outras coisas.

---E relativamente a este assunto, eu lamento informar, mas o ano passado, quando assinei enquanto presidente de junta da União de Freguesias de Ruivães e Novais, o auto da delegação de competências nesta matéria, eu disse que era a última vez que assinava esta delegação de competências porque os valores estavam completamente desajustados. Garantiram-me que ia ser atualizado. -----

---Este ano tivemos uma reunião onde estavam todos os presidentes de junta, o senhor vereador das freguesias, o senhor vereador da Educação, estamos a falar das competências, e eu demonstrei mais uma vez, atempadamente, que esse valor não é suficiente para garantir a limpeza das vias municipais nas freguesias.-----

---Nenhum presidente de junta falou. Presumo que está tudo bem com eles, comigo não está. E eu fiz chegar essa minha preocupação a junto da autarquia, com três e-mails, um deles ontem. Até hoje ninguém me respondeu por escrito às questões que eu coloquei.--

---Porque é impensável nós recebermos quatrocentos e oitenta e quatro euros por quilómetro por ano para limpeza das vias, quando as vias têm valetas de um lado e de outro. Ou seja, pegamos nos quatrocentos e oitenta e quatro euros, dividimos em dois.-- Nós fazemos a limpeza mês sim, mês não, das vias públicas. Estamos a falar em seis limpezas por ano. Pegamos nesse valor, dividimos por seis e diga-me qual é o valor que dá para o nosso funcionário da junta fazer a limpeza das vias municipais, sarjetas, sumidouros e parques públicos.-----

---Contactámos empresas privadas para tentar perceber qual era o valor que uma empresa poderia levar. -----

---Apresentaram o valor de seiscentos euros mais IVA. Seiscentos euros mais IVA. Portanto, nós, enquanto presidentes de junta, ou melhor, eu até lhe perguntava desta forma: o senhor se fosse presidente de junta, a saber desta realidade e a Câmara Municipal a tentar delegar esta competência em si, que ia causar prejuízo direto no património da freguesia, no orçamento parco ou escasso ou nenhum, praticamente, que as freguesias têm, o senhor aceitaria esta delegação de competências que é do município e que ia lesar diretamente a comunidade que o elegeu para os defender? Aceitaria? Eu tenho a resposta. Não aceitaria, porque foi assim que os senhores fizeram, enquanto executivo municipal, com a delegação de competências do governo central em várias matérias, que nós discutimos aqui neste plenário várias vezes, que a Câmara Municipal não estava disposta a aceitar a delegação de competências porque não vinha ajustado o envelope financeiro devido e bem, aí estavam a defender o interesse público do povo famalicense. E eu aqui sinto-me na obrigação de defender o interesse público da população de Ruivães nesta

matéria. Se noutras matérias está muito bem, nesta matéria, lamento dizer, não está, não esteve e não está muito bem quanto aos valores que está aqui a levar à Assembleia.-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS -

Sim, muito rápido, cumprimentando de forma particular o senhor presidente de junta de Ruivães. Dizer o seguinte: eu para responder à pergunta, a pergunta é muito simples. Se fosse presidente de junta, era um presidente de junta muito feliz, atendendo, sob o ponto de vista global, aquilo que a Câmara Municipal transfere, transfere para as freguesias, até porque eu sei o que outros municípios transferem para as suas freguesias, e falo com outros presidentes de junta. E sob o ponto de vista global, estaria muito feliz, com certeza, como certeza, vocês, sob o ponto de vista global, também o são. Tal é o investimento e aí vocês têm sido justos e porque é verdade, basta comparar também. Neste ponto em particular, volto a frisar que obviamente que dou razão, que porventura pode estar desajustado em algumas freguesias. Aqui foi trazido e bem, há pouco, que nós estamos a falar quando se fala em limpeza de vias, estamos a falar das bermas ou passeios ou, porventura, até alguns taludes e, portanto, obviamente que aqui há realidades assimétricas diversas nas freguesias, que nós, porventura, para sermos também muito rigorosos, devíamos fazer. -----

---O número de vezes que é limpo já depende de cada presidente de junta. Sei que uns limpam duas, outros limpam seis, outros limpam sete, outros limpam quatro, também depende, obviamente, disso. Mas sem querer justificar... reconheço, como disse há pouco, que porventura nós temos que atualizar. -----

---Mas mais uma vez me repito, seria um presidente de junta muito feliz, com certeza. -

--- TÂNIA SILVA (CDU) - Queria apenas agradecer ao senhor presidente de junta do Ruivães por finalmente ter tido um presidente de junta com coragem para vir a este púlpito denunciar aquilo que a CDU tem vindo a denunciar ao longo dos tempos. -----

---Quando se delega competências, tem que se utilizar os meios e os recursos necessários para essa delegação de competências. E, portanto, eu queria lhe agradecer por finalmente ter vindo a este púlpito dar um exemplo em concreto de que, de facto, essa delegação de competências não é feita da melhor forma. -----

---Obrigada, senhor presidente. -----

---**ALEXANDRA SILVA (PRESIDENTE DA JUNTA DE PEDOME)** - A delegação de competências do município nas juntas de freguesia, designadamente na matéria de limpeza de vias e espaços públicos municipais, sarjetas e sumidouros, constitui um instrumento essencial de proximidade, eficiência e melhor resposta às necessidades das populações. -----

---A transferência destas competências, acompanhada dos respetivos meios financeiros, permite às juntas assegurar uma intervenção mais próxima, mais célere e mais ajustada à realidade de cada território. Quem está no terreno conhece melhor os problemas, identifica-os com maior rapidez e consegue responder de forma mais eficaz às necessidades concretas das populações. Importa, por isso, analisar esta matéria com rigor, responsabilidade e sentido de proporcionalidade. A afirmação de que as verbas propostas pelo município para esta transferência de competências são manifestamente insuficientes não pode ser feita de uma forma genérica ou absoluta, sem atender aos valores efetivamente praticados no mercado e à realidade operacional existente. -----

---O município propôs às juntas de freguesia um pagamento de quatrocentos e oitenta e quatro euros por quilómetro, valor que deve ser comparado com os custos correntes associados à prestação destes serviços. -----

---Da análise de diversos orçamentos e consultas efetuadas ao mercado, verifiquei que existem soluções de prestação de serviços significativamente inferiores ao montante proposto pelo município. Em alguns casos, encontram-se propostas na ordem dos cem

euros por quilómetro. Paralelamente, existem também modelos de contratação baseados em tempo de trabalho, sendo possível contratar equipas de dois trabalhadores por vinte e cinco euros por hora, acrescendo o valor diário de utilização de um camião que ronda os oitenta euros. -----

---Estes dados demonstram que os montantes propostos pelo município não podem ser automaticamente classificados como insuficientes. Pelo contrário, existe uma margem para que a junta de freguesia organize os serviços de limpeza de acordo com a sua realidade concreta, podendo optar entre diferentes modelos de gestão, através da prestação direta, contratação externa por quilómetro ou contratação por tempo de serviço. Importa ainda recordar que esta análise não se pode limitar apenas ao valor financeiro transferido. O modelo de cooperação existente entre o município e as freguesias traduz-se num apoio permanente e efetivo que reduz significativamente os encargos das juntas de freguesia. -----

---O município continua a assegurar diversos apoios operacionais e técnicos, quer através das brigadas municipais, quer através da disponibilização de equipamentos e meios especializados, nomeadamente na limpeza e desobstrução de sarjetas e sumidouros. ----

---Existe, portanto, uma verdadeira lógica de complementaridade institucional que deve ser valorizada. As juntas beneficiam não apenas das verbas transferidas, mas também de um conjunto de meios, apoio técnico e capacidade operacional disponibilizados pelo município, cujo impacto financeiro é relevante, ainda que nem sempre seja quantificável. Neste contexto, a discussão sobre a insuficiência de verbas deve ser feita com seriedade, rigor e equilíbrio, tendo em consideração o quadro global de cooperação institucional existente, evitando afirmações excessivas que não encontram correspondência objetiva na realidade dos custos e dos apoios efetivamente prestados. -----

---O contrato de delegação de competências proposto representa uma solução equilibrada, eficiente e orientada para o interesse público, reforçando a capacidade de resposta das freguesias, sem deixar de assegurar o indispensável apoio e solidariedade institucional do município.-----

---Não podemos também deixar de reconhecer e agradecer à Câmara Municipal o apoio permanente que tem prestado às juntas de freguesia, quer ao nível técnico, quer operacional e financeiro. Esse espírito de cooperação institucional tem sido fundamental para garantir melhores condições de resposta às populações e para reforçar a capacidade de intervenção das freguesias no território. -----

---É através desta colaboração e deste trabalho conjunto que melhor servimos os famalicenses. -----

---**RICARDO MENDES (PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E CALENDÁRIO)** – Estão-se a rir? Muito boa noite a todos. A culpa não é do PS, mas o senhor presidente da junta de Ruivães veio aqui, numa expressão de liberdade e democracia, referir que rejeita esta transferência de competências, coisa que os municípios não puderam fazer em relação à transferência de competências dos governos. Recusaram durante três anos, mas depois foram obrigados a ficar com elas. E o resto é conversa. E o resto é conversa. Foi o que foi. É o que é, é a realidade. Vocês podem dizer o que quiserem.-----

---Eu e o António tivemos uma discussão acerca... discussão, salvo seja, acerca desta matéria na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Famalicão e Calendário e as expressões que ele aqui veio e as preocupações que veio aqui trazer, obviamente são as mesmas que lá expressou. E eu expressei exatamente as mesmas. Dei-lhe nota, inclusive, que existiu uma reunião antes, poucos dias antes da Assembleia de Freguesia, em que... há várias formas de ser corajoso, não é? Há quem seja corajoso num

determinado tema, há quem seja noutro. Para a senhora deputada da CDU, a importância seria, será seguramente a coragem de poder apontar o dedo ou falar. A mim importa-me realmente as soluções. E tal como foi aqui reconhecido, e na altura, não estarei a mentir se de facto referir as palavras proferidas pelo senhor vereador nessa própria reunião, que referiu que teria que forçosamente existir aqui uma reequação dos valores, e ficou o compromisso de todos em conjunto realizarmos uma reequação dos valores que são necessários.-----

---Obviamente que estes valores, por muitos exercícios que aqui façamos, são diversos e são diferentes de uma forma por equação. Cada freguesia tem X quilómetros, a outra tem outros quilómetros, a outra tem isto, a outra tem aqueloutro. Umas necessitam daquele investimento, outras necessitam de outras. Mas aquilo que o António referiu é, de facto, um espelho da realidade. Há freguesias que têm, que as infraestruturas das mesmas têm um nível de stress completamente distinta das outras. E relativamente a isso, eu posso referir, sou pouco experiente nesta matéria, como devem imaginar, mas existiu um investimento, por exemplo, na freguesia que dirijo neste momento, nos últimos treze, catorze, quinze anos, muito inferior que existiram outras freguesias que têm um décimo dos habitantes, um por cento do stress nas infraestruturas, não respeitáveis a este tipo de transferência de competências que é relativo e calculado por uma equação certa, relativamente às limpezas. -----

---Relativamente às escolas, é outra história, senhor presidente, porque de facto, há realidades diversas. Quantas mais salas temos, menos é o valor. O valor da nossa freguesia referiram que era cerca de quatrocentos euros por sala, mas se fossem trinta e sete salas, mas são quarenta e uma. Portanto, é menos de quatrocentos euros relativamente àquilo que é necessário despende. Ou seja, aquilo que foi referido pelo senhor presidente e tendo isso em conta que as verbas livres são transferidas e são transferidas com um ônus

também, porque tem cinquenta e cinco por cento, tem que ser obrigatoriamente... antigamente até eram sessenta por cento, obrigatoriamente em despesas de capital e cerca de quarenta e cinco por cento em despesa corrente. Tudo isso conta. Agora posso usar o tempo? Posso?-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO - Senhor deputado, senhor deputado. Senhor deputado, pode, mas há aqui um problema, é que tem que abandonar o púlpito porque a senhora deputada Tânia Silva já estava inscrita. -----

---RICARDO MENDES (PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E CALENDÁRIO) – Não há problema nenhum. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO - Ela usará da palavra e depois o senhor deputado voltará ao púlpito. -

---RICARDO MENDES (PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E CALENDÁRIO) – Posso continuar? -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO – A senhora deputada prescinde. Não se importa? Obrigado pela simpatia e pela colaboração, senhora deputada. Muito bem. Falará a seguir. Pode continuar, senhor deputado, com o tempo do partido.-----

---RICARDO MENDES (PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E CALENDÁRIO) – Agora, tendo em conta aquilo que saiu do propósito da reunião, aquilo que saiu do propósito da reunião, que seria discutir isto, vamos discutir isto de uma forma bastante mais complexa do que alterar a equação. Porque se alterarmos só a equação, eventualmente podemos cair outra vez no não preenchimento das necessidades de todos, quer do senhor presidente da Junta de Ruivães, quer do senhor presidente da Junta de Ribeirão, que já agora recebe muito mais, porque

também tem muitos mais quilômetros, como é óbvio. Tem muitos mais quilômetros, senhor presidente. -----

---Agora, relativamente a esta matéria, acho que devemos ser... não comparar realidades diferentes com... tudo que é diferente tem que ser tratado de forma diferente. Porque é diferente realizarmos uma limpeza numa estrada municipal por delegação de competência da Câmara Municipal, que não tem uma única residência e realizarmos a limpeza de uma estrada municipal que tem mil habitantes no espaço de trezentos a quatrocentos metros de rua. Portanto, isso é muito diferente e é por esse mesmo motivo que acho que é necessário... vai ser uma discussão complexa, vai ser uma discussão se calhar difícil, como são todas, não é, tratando-se deste tipo de verbas e transferências, tem que ser uma discussão que não olhe apenas para a equação. Para a equação, eu reconheço que há muita dificuldade em fazê-la. Se o fizermos só baseado na matemática, irá sempre... nunca iremos agradar a ninguém, também das outras situações que aqui referi também não iremos, mas eu acho que temos que olhar as coisas diferentes, concretamente relacionadas, e como o António disse, e como seguramente assiste ao senhor presidente da Junta de Ruivães algumas situações e qual o senhor presidente evidenciou a sua razão, não é? Mas aquilo que foi referido na reunião satisfez-me para este ano. Para o ano, cá estaremos para discutir outra vez.-----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Senhor presidente de Junta, Duarte Veiga, provavelmente, eu sei que também é muito efusivo fora desta sala e provavelmente depois daquilo que aconteceu nesta sessão, o senhor presidente veio intervir, a seguir veio a senhora presidente da Junta de Pedome, pareceu-me a mim que estaria de alguma forma os presidentes de junta já de alguma maneira preparados e sabendo que o senhor presidente de Junta viria aqui a este púlpito intervir sobre este assunto. Mas adiante.-----

---Apesar do pino e da espargata que o senhor presidente, na qualidade de senhor presidente da Junta de Famalicão e Calendário veio aqui a este púlpito também fazê-lo, a verdade é que hoje ficou aqui ciente que neste ponto em concreto o senhor presidente, e foram ditas nas palavras do senhor presidente, apesar de utilizar de forma global para distrair os valores de forma global para distrair, de facto o senhor presidente afirmou e disse-o que de facto os valores não estão, não estão ajustados. Portanto, a... não, não, de todo, de todo. Não teve a mesma coragem. Reforço. Apesar de todo o contorcionismo que o senhor presidente de Famalicão e Calendário veio aqui fazê-lo, o senhor presidente deixou claro e evidente que de facto estas verbas estão desajustadas para as necessidades das juntas de freguesia.-----

---JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD) - É mais em jeito de balanço, mas também de afirmação daquilo que é o pensamento do grupo municipal do PSD sobre esta matéria. E eu diria em... resumindo e concluindo que na verdade, este debate, que ainda pode continuar, obviamente, porque ainda há muito tempo das demais forças políticas, que este debate fica marcado essencialmente por dois acontecimentos ou por dois factos. O primeiro é o reconhecimento ou o compromisso, melhor dizendo, o compromisso público perante esta Câmara, perante os deputados municipais, perante as senhoras e senhores presidentes de junta e concomitantemente perante todos os famalicenses o compromisso público de que o senhor presidente da Câmara Municipal e o executivo irá reajustar este mecanismo de transferência de competências, pelas razões que já foram aqui expostas. -

---Mas este debate fica igualmente marcado, e é justo dizê-lo, pelo reconhecimento público desta feita por parte dos senhores e da senhora presidente da junta de freguesia, quanto àquilo que é a política de proximidade e as políticas de descentralização de competências e de delegação de competências por parte do executivo camarário junto dos executivos das juntas de freguesia, que se têm traduzido nas palavras dos próprios, no

reforço da sua capacidade operacional, no reforço da sua capacidade de intervenção e no reforço da sua autonomia financeira, da qual resulta evidentes benefícios para a freguesia e obviamente para as suas populações.-----

---**RICARDO MENDES (CDS)** - A senhora deputada queria que eu expressasse aqui, batesse no peito de uma forma veemente, mas também lhe vou dizer aqui uma... ah, exatamente, por isso é que não me chamou corajoso, devo ter assim... mas tudo bem. Mas, relativamente a esta matéria, então estou perfeitamente à vontade. Sabe porquê? Porque sem querer, sem querer, e aquilo que eu disse foi suficientemente claro para quase toda a gente que aqui ouviu. -----

---A freguesia de Famalicão e Calendário, a freguesia de Famalicão e Calendário foi titulada nos últimos treze anos com cerca de quinhentos mil euros em CIS e CCS. CIS e CCS. Existem freguesias com uma dimensão muito inferior que num mandato tiveram muito mais do que isso. Muito mais. Eu referi ao senhor presidente de Câmara precisamente isso uma dúzia de vezes desde que sou presidente de junta. Há pessoas que se vieram aqui, que vieram aqui e que seguramente têm todas as razões e tinham muitos investimentos para fazer sérios com aquele valor que foram dados, e foram cerca... e receberam cerca de cinco vezes mais em cinco anos do que uma freguesia que tem vinte e alguns mil habitantes, tem vinte e dois quilómetros de estradas municipais, sessenta e oito quilómetros de estradas da responsabilidade da junta, não são vicinais porque estão infraestruturadas, pelo menos pela definição legal das mesmas, mas da responsabilidade da junta. Portanto, se alguém pudesse chegar aqui e bater com a mão no peito e dizer: "O que é que foi passado?" Agora, se me perguntar: existiam, existem neste momento muitas carências relacionadas com este território? Obviamente que sim. Mas, se perguntar à maior parte das pessoas que está a ver lá em casa ou que está a ver aqui, é que a Junta de Freguesia de Famalicão e Calendário não precisa de nada porque a Câmara faz tudo. E a

Câmara faz em quinhentos metros quadrados, ou seiscentos, e há quatro vezes mais território. -----

---Estas discussões são para ter nas assembleias de freguesia e para terem com o executivo. Agora, chegar aqui e bater com a mão no peito, existe essa possibilidade de o fazer. Foi o que a senhora disse. A senhora estava a exigir aqui que houvesse uma pessoa que fizesse aqui, que fosse... espargata e que fez aqui. Eu não fiz nada. Eu disse exatamente... reproduzi aquilo, tal como António Silva, reproduziu exatamente aquilo que foi dito na Assembleia de Freguesia. Tem que haver coerência nesta matéria. -----

---O senhor presidente da Câmara reproduziu o que o senhor vereador disse na reunião que houve com os presidentes de junta. Se me disser: "Concordo?", claro que não. Absolutamente em desacordo com isto. Acha que não pode ser puramente matemático? Não pode dizer só: "Não chega". Há os problemas dos recursos humanos. Se nós não aceitarmos a competência, acha que as estradas vão milagrosamente aparecerem limpas? Há recursos humanos? Há empresas com recursos humanos suficientes para fazer a limpeza? Claro que não há. Tem que se saber a realidade. Temos que fazer um esforço para, mesmo com estas dificuldades, conseguir manter as freguesias dignas. -----

---**NONO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A DGAL 2027 - DISTRIBUIÇÃO DE VALORES ÀS FREGUESIAS, PARA EFEITOS DE AUTORIZAÇÃO, A PRESENTE PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DOS AUTOS DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.**-----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS FAVORÁVEIS DO PSD, DO PS, DO CDS, DO CHEGA, DA IL E DOS SENHORES PRESIDENTES DA JUNTA INDEPENDENTES, COM EXCEÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE RUIVÃES, DUARTE VEIGA, QUE VOTA CONTRA, E ABSTENÇÃO DA CDU. -----

---DÉCIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS - SERVIÇO DE CÓPIAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, BEM COMO PARA EFEITOS DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVOS AO “CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE SERVIÇO DE CÓPIAS”, DO PAGAMENTO DE 20€ POR ALUNO POR ANO LETIVO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS – Prescindo.-----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS FAVORÁVEIS DO PSD, DO PS, DO CDS, DO CHEGA, DA CDU E DOS SENHORES PRESIDENTES DA JUNTA INDEPENDENTES E ABSTENÇÃO DA IL. -----

---DÉCIMO PRIMEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM DIVERSAS FREGUESIAS - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS - Só para sintetizar esta proposta. Trata-se de um virgula dois milhões de euros que estamos a transferir para as freguesias, para que elas possam desenvolver em estradas municipais, nomeadamente, que é sua maioria, pavimentações destas... deste conjunto de estradas e também alguns troços de saneamento. -----

---Lembro mais uma vez que a somar a estas obras, por via dos contratos interadministrativos, têm ido à reunião de Câmara vários contratos de cooperação para outras freguesias ou mesmas, neste caso penso que são dezoito freguesias as beneficiárias, mas tem ido também para outras. E aquilo que foi dito aqui há pouco é verdade pelo doutor Ricardo Mendes, nós olharmos para as necessidades de cada freguesia a coesão territorial em Famalicão é uma realidade. As freguesias pequeninas têm os mesmos direitos das freguesias grandes e todas elas estão bem apetrechadas, quer das infraestruturas, quer dos equipamentos, para que tenhamos um verdadeiro território inclusivo em Vila Nova de Famalicão. -----

---DUARTE VEIGA (PRESIDENTE DA JUNTA DE RUIVÃES) - Ó senhor presidente, vamos aqui ver então as obras para Ribeirão. Cento e quarenta e oito mil euros, vinte e nove mil euros, cento e quarenta e nove mil, cento e quarenta, quarenta e oito, trinta e três, noventa e seis, quarenta, cento e cinquenta e oito, cento e cinquenta e seis, pensei que já tinha passado, mas não, ainda nem a meio chegou, cento e quarenta e nove,

cento e quarenta e nove, cento e quarenta, oitenta e quatro, oitenta e seis, vinte e seis, quarenta e um, quarenta e nove, onze, treze, sessenta e quatro. -----

---Agora entra em Ruivães, sete mil e quinhentos, até agora era 49 mil euros, 149 mil euros, agora é 7.500, 9.900, 39.000 euros, 7.034. Onde é que está aqui a equidade? ----

---Senhor Ricardo Mendes, senhor presidente, quando falava há bocado das ruas, quantas vezes você limpa a sua rua aqui em Famalicão, a sua... da cidade?-----

---RICARDO MENDES (PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E CALENDÁRIO) – Sou presidente de junta há seis meses. -----

---DUARTE VEIGA (PRESIDENTE DA JUNTA DE RUIVÃES) – Há seis meses. Eu vejo os carros de vassoura a passarem aí todos os dias a limpar as ruas. É cidade! Não é Famalicão? A cidade... a freguesia de Famalicão não engloba a cidade? Mas é a Câmara que paga. O senhor recebe, mas é a Câmara que paga. E a senhora presidente de Junta de Pedome, quando falou aqui que havia empresas a fazer 100 euros por quilómetro, é verdade. É verdade. Mas também é verdade que eu disse que era 600 euros mais IVA, porque eu limpo seis vezes por ano. 100 euros é 600 euros mais IVA. Porque podia ficar aqui a ideia que eu falei de 600 euros mais IVA e que a senhora presidente de Junta de Pedome veio falar em 100 euros, parecia aqui uma discrepância enorme. Não, bate a letra com a careta. Eu limpo seis vezes no ano, 100 euros por quilómetro, 600 euros mais IVA. É esta a grande diferença. E quanto a estas verbas, se calhar temos que nos sentar e ver realmente para onde é que vão estas verbas e porque é que há freguesias com centenas de milhares de euros, algumas até com milhões transferidas e outras freguesias, se calhar mais distantes aqui do centro, pá, que sabe Deus, sabe Deus como é. -----

---RICARDO MENDES (PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE FAMALICÃO E CALENDÁRIO) - Não deve ter ouvido aquilo

que eu referi na última intervenção. 500 mil euros em catorze anos. 500 mil euros em catorze anos. Foi o que recebeu a Junta de Freguesia de Famalicão e Calendário. Convido a sair aqui do casco urbano da cidade, que como sabe, não é só Famalicão, nem só Calendário, tem uma parte significativa de Antas, uma parte significativa de Gavião. Portanto, convido-o a sair deste bocadinho e a ver qual é a dimensão da parte sul das freguesias e da parte norte. Quais são os aglomerados habitacionais que lá tem, quais são as carências e qual é o nível de degradação das infraestruturas, porque são muito mais fustigadas, e compare com a sua, com a freguesia de Ruivães. E eu agora estou a assumir a deselegância. Até agora não foi manobra nem foi contorcionismo, foi elegância. -----

---Acho que todos os presidentes de junta devem ser solidários, porque se há coisa que eu respeitei sempre quando ali estava, daquele lado, e que continuo a respeitar, e agora até respeito de uma forma completamente distinta, e reconheço ainda mais do que reconhecia, é aquilo que é o serviço público que todos os presidentes de junta prestam e aquilo que são as dificuldades de todos os dias, sabe? Agora, relativamente a apontar que um colega presidente de junta conseguiu verbas maiores ou que tenha uma comparação de uma via que custou, seguramente por ser bastante maior, por ter outras necessidades, por ser necessário uma rede de pluviais diferentes, por ser tudo isso, comparar uma obra de 149 mil euros com uma de 7.900, seguramente não será a mesma obra, senão vamos ter problemas. Refiro-vos já que vocês vão ter problemas, pronto. -----

---Eu vou-lhe falar da quantidade de obras. Eu vou perguntar ao senhor vereador das freguesias quantas vezes é que a freguesia de Famalicão e Calendário chamou a brigada das freguesias este mês? -----

---Nenhuma. Não foi? -----

---Quantas vezes é que tapou tudo o que eram estradas deterioradas, que sei que andam em todas as freguesias, a brigada das freguesias, só que eu sei... estradas novas? Ó senhor... -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** - Ó senhor presidente, eu peço desculpa. Senhor presidente, peço desculpa, eu não vou permitir isto. -----

---**RICARDO MENDES (PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE FAMALICÃO E CALENDÁRIO)** - O senhor presidente anda a fazer viagens para outro lado. O senhor, o senhor presidente trabalhou até há bem pouco tempo numa estrada que tem um problema de milhares de euros, de centenas de milhares de euros. Centenas de milhares de euros e nada foi feito. Digo-lhe desde já. Portanto, as realidades são diferentes, senhor presidente. Respeite as outras pessoas. Respeite o seu colega, presidente de junta de Ribeirão, que tem uma realidade diferente de Ruivães. E Landim tem uma realidade diferente de Famalicão e Calendário, e Gavião, e Antas, tem toda a gente uma realidade diferente. Toda a gente. Se ganharmos alguma coisa em estarmos aqui a apontar o dedo: "Olha, deu mais àquele ou deu mais ao outro", estamos a injetar aquilo que devemos ser, que é unidos e solidários em todas as matérias, concretamente unidos e solidários para discutir concretamente essas transferências de competências. Tem que ser feito desta forma. Agora, referir isto e vir aqui apontar que a cidade... que a varredora passa numa rua da cidade e não passa em Ruivães. Da cidade. Olhe, eu não faço contas a este casco urbano, faço contas a todo o resto que é... sabe porquê? Mas são sessenta e oito quilómetros de estrada, sessenta e oito, sessenta e oito.

---**LUÍS MIRANDA (PS)** – Senhor presidente da junta de... não, senhor presidente da junta, senhor deputado, fiquei confuso. Vou aqui por... deslocar aqui o microfone. --

---Reposta à normalidade dos trabalhos, senhor presidente, apenas dizer que para o Grupo Municipal do Partido Socialista é com enorme gáudio que observamos todo este debate democrático, é, por parte dos senhores presidentes de junta, que nunca, em tantas assembleias que já tivemos a oportunidade de participar, já há muito tempo que não assistíamos a um debate tão intenso e tão profícuo como aquele que foi aqui sendo desenvolvido nos últimos dois, três pontos.-----

E deixamos aqui o repto a que todos em democracia, de forma livre, espontânea, solidária para com as necessidades e a satisfação dos seus concidadãos, tenham o à vontade de vir cá debater em prol dos famalicenses, livres de consciência, de espírito e sobretudo de vontade democrática. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS -

Vamos lá ver, a metodologia que nós estamos a usar neste mandato é exatamente igual a outros mandatos. A coesão territorial tem que existir. Nós aqui realmente não medimos se damos mais a uns que a outros. Não atendemos ao número de pessoas que têm mais num sítio do que noutra. Temos cidadãos, meus concidadãos famalicenses, que têm o direito de ter qualidade de vida independentemente da escolha que façam no âmbito da freguesia que querem viver. Tem que ter água e saneamento. -----

---Nós neste momento estamos a investir oito milhões de euros em São Cosme, Telhado e Portela. Porquê? Porque não tem água e algum saneamento. Porque isto já devia ser feito há trinta anos atrás, eu sei. Eu sei que devia, mas não fizeram. Portanto, conseguimos que as Águas do Norte e nós estamos a investir para haver coesão territorial. Eles também têm direito a água e a saneamento. -----

---E se no mandato, como o senhor presidente de junta, e bem, de Ruivães aqui trouxe, sob o ponto de vista dos investimentos, porventura são menos que outros comparativamente ao número de estradas, porque quando se compara com Ribeirão,

Ribeirão tem trezentas estradas. Nós não podemos comparar o que é diferente, porque o que é diferente tem que ser tratado de forma diferente. É assim, é a regra. Se tem mais estradas, vai precisar de mais dinheiro, como é óbvio, se tem mais escolas, mais salas, vai precisar de mais dinheiro. Se tem uma escola velha, temos que a pôr nova, vai precisar de mais dinheiro. -----

---E lembro que Ruivães, se no mandato anterior teve menos, este mandato vai ser dos que vai ter mais. Temos uma unidade de saúde em construção de 1,3 milhões de euros, que não era para fazer, como ele... como foi dito aqui há pouco. Nós estamos a fazer, como é sabido. -----

---O próprio Ruivanense vai precisar mudar o relvado, são mais cento e cinquenta mil euros. Estou a falar do Ruivães. Portanto, vai... isto depois, quando se faz o balanço global e se olha de cima para as freguesias, o que eu quero, e na minha condição de presidente da Câmara, e quando era vereador das freguesias já o fazia, como é sabido. -

---Eu olho de cima, se quiser de helicóptero, um olhar de helicóptero, e tenho que olhar para elas e elas, o que vejo, o retrato que vejo tem que ser a coesão, tem que estar todas niveladas. -----

---Se num momento umas têm mais, outras vão ter a seguir. O nivelamento acaba por existir, porque eu pergunto: alguma freguesia do nosso concelho que está desfasada de outras, como acontece em muitos concelhos?-----

---Água e saneamento, não tem? Acho que tem. -----

---Eletricidade nas ruas com iluminação, não tem? Eu acho que tem. -----

---As escolas não estão boas? Eu acho que estão. -----

---A unidade de saúde, não tinha? Não, estão a ter. -----

---Os parques de freguesia não estão em construção? Uns têm, outros vão ter, como é óbvio.-----

---A questão de Ruivães tem lá o terreno junto aos escuteiros. Fizemos um grande investimento também naquela belíssima sede de escuteiros que tem Ruivães. E, portanto, olhando de cima, nós vamos nivelar sempre, sempre. E, portanto, olhar só para a balança, em que o peso são, são, são euros, obviamente que isso nunca se vai chegar à coesão territorial. Portanto, nós temos que olhar o que faz falta, o que faz falta dentro de um padrão que queremos para as nossas freguesias, como tem sucedido ao longo dos anos. E queremos continuar a acrescentar o último mandato, são quase cinquenta milhões. É preciso somar não sei quantos municípios à volta para dar este valor. E eu penso que isto é que tem que ser valorizado, este esforço que a Câmara Municipal de Famalicão, e não outras, na aposta de uma coesão territorial e não só na cidade em todo lado, em todo lado. Aliás, o senhor presidente de junta queixa-se, e bem, que porventura, se olhar só para os euros, Famalicão e Calendário tem menos. Famalicão e Calendário tem menos, mas não quer dizer que esteja pior, como é óbvio, porque porventura já foi feito. Já foi feito. E, portanto, e agora decerto precisa de mais, com certeza, se precisar, vai ter. Portanto, é neste padrão, na coesão territorial, que temos que nos focar. E eu penso que isso está a suceder. -----

---DUARTE VEIGA (PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE RUIVÃES)

- Ó senhor presidente, ainda bem que falou no desenvolvimento territorial integrado. É assim mesmo. É isso, mas é pôr em prática. Mas é pôr em prática. Porque falamos aqui, Famalicão não teve investimento. Eu ouvi falar em dois milhões para o Parque de Pelhe. Dois milhões. -----

---Eu ouvi falar numa rotunda que custou trezentos mil euros. E é na sua freguesia, não foi em Ruivães, não foi em Castelões, nem em Vermoim, foi na sua freguesia. E o senhor investiu zero.-----

---O senhor sabe que cada vez que a Câmara Municipal investe ou apoia uma obra das freguesias, nós temos que pagar o IVA dessa obra? -----

---Você sabe que uma obra que está agora em execução, que a Câmara Municipal apoiou, de cento e quarenta e oito mil euros para a Junta da Freguesia de Ruivães, eu vejo-me desgraçado para arranjar oito mil euros para pagar de IVA? Sabe disso? E depois andamos aqui que, que, que... não, não, temos de ser sérios nas coisas que dizemos e que fazemos.

---Relativamente, senhor presidente, aos investimentos, eu relembro o Parque de Lazer de Rebordelo. Sabe há quantos anos andamos aqui num limbo? Sabe disso. Também sabe que eu desisti do projeto. Eu desisti do projeto. A Câmara Municipal vai desenvolver, vi o que eu aqui ouvi dizer, porque eu desisti, porque não vale a pena. Não vale a pena. Se há coisas que eu não perco tempo, é quando eu vejo que não há pernas para andar, também desisto, também sei desistir. E naquilo que eu vejo, os investimentos que são feitos na área urbana de Famalicão e os investimentos que são feitos nas freguesias são completamente díspares. Díspares. São, são, senhor presidente. E quando quiser, temos uma reunião. -----

---Ó, ó senhor presidente, essa comigo não cola, porque nós candidatamos, as Juntas de Freguesia do Concelho de Famalicão, não nos candidatamos ao Concelho de Guimarães, nem de Santo Tirso, nem Trofa. Com esse presidente de Câmara em Famalicão, certo? Pronto. Em que ia aumentar as verbas em vinte por cento, aumentou. Corta depois, por via da delegação de competências, não corta, não ajusta. -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** - Peço que termine, senhor presidente. -----

---**DUARTE VEIGA (PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE RUIVÃES)**

-Não ajusta. E não ajustando, combustíveis subiram, como toda a gente sabe, os salários

subiram, como toda a gente sabe, as matérias-primas subiram, como toda a gente sabe.

isso traduz-se sabe em quê? Em cortes.-----

---Mas gostava, senhor presidente, muito sinceramente, marcássemos uma reunião, sentássemos e pudéssemos esclarecer vários pontos, porque tem mais pontos que devíamos esclarecer, mas não vai ser aqui, certamente.-----

---RICARDO MENDES (PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E CALENDÁRIO) - Isto era desnecessário, absolutamente.

Senhor, senhor presidente, peço desculpa se até pela alongada hora, mas relativamente a esta matéria, eu não... primeiro não... quando, quando chegou aqui reportou que temos que ser sérios na discussão, vamos ser sérios na discussão. -----

---Acha que o Parque da Cidade, Parque da Devesa, é uma obra que só aproveita aos cidadãos de Antas? -----

---É um investimento da Câmara Municipal em Antas? Ou é um equipamento concelhio?

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO - O senhor deputado quer usar o tempo de CDS? -----

---RICARDO MENDES (CDS) - Quero. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO - Muito bem. -----

---RICARDO MENDES (CDS) - Não é nada. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO - Isto é...-----

---RICARDO MENDES (CDS) - Não é nada por quê? -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO - Ó senhores deputados, por favor, se não sabem o regimento, não sou eu que vou estar aqui a ensiná-lo. Por favor, pode continuar, senhor deputado. -----

---Senhor presidente, podemos continuar? Muito obrigado. Pode continuar. -----

---**RICARDO MENDES (CDS)** - Quando eu puder. Quando eu puder, porque as pessoas gostam de brincar com isto, mas este é um assunto demasiadamente sério para se brincar.

---Agora, relativamente a isto, o Parque da Devesa, aquilo que eu estava a referir, o Parque da Devesa é apenas...-----

---As piscinas municipais, chamam-se piscinas municipais.-----

---Estádio municipal, chama-se estádio municipal. -----

---As escolas que figuram aqui em Famalicão e Calendário, são o quê? Servem só Famalicão e Calendário? -----

---Mas eu vou lhe responder. As suas estradas, a maior parte delas servem cidadãos do Ruivães.-----

---As suas, as suas artérias, como se chamam vicinais, não é? Não são vicinais, são da responsabilidade da Junta, servem a população que lá vive. As de Famalicão e Calendário não servem essa população só. -----

---Não, não. Servem quase todo o concelho e de fora do concelho. Percebe? Ah, pois. O stresse é muito maior. E convido, sinceramente, porque nós somos amigos e não vamos deixar de ser por causa disto, e convido a vir a um ou dois, até podemos tomar café, de uma ou duas artérias de Famalicão e Calendário para o senhor ver, para o senhor ver, para o senhor ver e comparar e saber o que é que compreende com um membro da Assembleia de Freguesia de Famalicão sente ao passar nas vias de Ruivães e sente ao passar aqui nas vias.-----

---Quando que... quando que...-----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO** - Ó senhor presidente, por amor de Deus, por amor de Deus.-----

---**RICARDO MENDES (CDS)** – Eu apresento vinte ou trinta.-----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Só dizer que, de facto, esta discussão toda tida já neste ponto, como no anterior, vem de facto dar razão àquilo que a CDU tem vindo a dizê-lo ao longo dos tempos. A competência não deve sair do município sob pena de responsabilizarmos os senhores presidentes de junta. -----

E finalmente tivemos uma discussão onde de facto está provado em que esta transferência de competências desresponsabiliza a Câmara e responsabiliza os presidentes de junta. E é essa situação que acontece em muitas... em muitos problemas que têm nas Juntas de Freguesia, porque quem lá mora culpabiliza-vos a vocês. Não é, não é ao município, é a vocês. -----

---**DÉCIMO PRIMEIRO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM DIVERSAS FREGUESIAS - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. -----

---***POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO PS, DO CDS, DO CHEGA E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E A ABSTENÇÃO DA IL E DA CDU.***-----

---**DÉCIMO SEGUNDO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EXECUÇÃO DOS CONTRATOS COM AS FREGUESIAS E ESTORNOS DE VERBAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA K) DO N.º

1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS –
Prescindindo.-----

---TÂNIA SILVA (CDU) - Tenho pena que o senhor presidente tenha prescindido da palavra. Já vai perceber porque é que eu estou a dizer.-----

---A CDU entende que deve existir rigor na gestão dos recursos públicos e que quando determinadas obras ou compromissos não são executados ou quando os valores inicialmente previstos são superiores ao custo efetivo das intervenções realizadas, faz sentido proceder ao respetivo estorno das verbas evitando que esses montantes permaneçam cativos. No entanto, aquilo que não podemos ignorar é a razão pela qual determinados investimentos acabam por não avançar ou ficar por concretizar. Estamos a falar de intervenções importantes para as populações, seja ao nível da manutenção de espaços públicos, da mobilidade ou das infraestruturas básicas. E por isso, esta questão não pode nem deve ser analisada apenas numa lógica contabilística. -----

---Importa apurar se estamos perante falhas de planeamento, de execução ou de acompanhamento por parte do município, evitando assim que as freguesias sejam injustamente responsabilizadas. Porque muitas vezes transfere-se responsabiliza-responsabilidades e competências, mas continuam a faltar condições para executar. ----

---A CDU volta a reforçar que defende o rigor e transparência, mas também defende um verdadeiro reforço das freguesias e do poder local, garantindo que os investimentos necessários às populações não ficam sucessivamente adiados ou por realizar. -----

Proposta é aprovada por maioria com os votos favoráveis do PSD, PS, CDS, Chega e presidentes da Junta Independentes e abstenção da Iniciativa Liberal e CDU. -----

---DÉCIMO SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EXECUÇÃO DOS CONTRATOS COM AS FREGUESIAS E ESTORNOS DE VERBAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO PS, DO CDS, DO CHEGA E DOS SENHORES DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, E ABSTENÇÃO DA IL E DA CDU.-----

---DÉCIMO TERCEIRO PONTO - DESIGNAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO - Entramos assim no último ponto da ordem de trabalhos, designação pela Assembleia Municipal do representante das Juntas de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil de Vila Nova de Famalicão. -----

---Deu entrada na Mesa uma proposta conjunta do PSD e do CDS, apresentando como candidato à Comissão Municipal de Proteção Civil de Vila Nova de Famalicão, Ricardo Jorge Costa Mendes, presidente da Junta da União de Freguesias de Vila Nova de Famalicão e Calendário. -----

---De acordo com o Regimento, artigo sessenta e quatro, número um, alínea a), esta eleição terá que ser feita por escrutínio secreto. Desta forma, vai-se proceder à chamada.

A urna está ali fora naquele corredor. -----

---Peço à primeira fila que possa chegar um bocadinho à frente para que as pessoas possam sair. Sim, senhor deputado, faz favor. -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - A proposta que eu queria, estou aqui a refletir e queria propor à Mesa e à Câmara é o seguinte: nós se fizermos agora esta votação, e obviamente que estamos preparados para a fazer, como não pode deixar de ser, isso significa que nós vamos, além de chamar os senhores deputados nominalmente, cada um irá votar, iremos fazer o apuramento e depois ficaremos cá todos à espera para o encerramento da sessão em que o senhor presidente vai colocar à discussão se há intervenção do público, eventualmente, se existirá ainda, vai colocar eventualmente a situação de deliberação e minuta data das decisões todas aqui tomadas. E, portanto, isto ainda vai se prolongar aí por cerca de meia hora, quarenta e cinco minutos. -----

---A minha questão era o seguinte: eventualmente anteciparmos a intervenção do público, porque se ela existir, não existindo, mas pode... se eventualmente existir, se não existe, colocarmos as deliberações da mesa, as deliberações que tomámos em minuta data e ato contínuo, faríamos a chamada de... distribuímos os botins de voto e faríamos a chamada nominal em que cada senhor deputado e cada senhora presidente de junta votava, contando já a chamada e a votação para efeitos de registo do cumprimento. -----

---Eu julgo que a Mesa, conjuntamente com um representante de cada força política, assegura a transparência do ato e não precisamos de ficar cá todos à espera do resultado final. É evidente que não há ninguém aqui chamado Zulmira, as Anas têm mais vantagem e os Antónios que vão ser para frente, não é? Já podem ir embora. Obviamente que os últimos nomes são os mais prejudicados. -----

Assembleia Municipal



---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO - Senhor deputado, eu agradeço, eu agradeço a sugestão, só que estou aqui a ver um inconveniente, é que nós precisamos de aprovar a minuta de ata depois da eleição.-----

---JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD) - Mas a minuta de ata é exatamente...-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO - Aprova já, mas por mim não... fica pendente a decisão.-----

---JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD) - Quando é que é, quando é que é previsivelmente a próxima Assembleia Municipal, em junho? -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO - Previsivelmente ainda em maio.-----

---JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD) - Ainda em maio. Não vejo qualquer inconveniente que esta parte da deliberação aguarde por essa ratificação ou do anúncio, se quisermos, da deliberação de minuta de ata.-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO - Ó senhor deputado, agradeço. Então, então eu proponho outra coisa. Sob pena e sem prejuízo da senhora vereadora da Proteção Civil me olhar de soslaio, passaríamos este ponto para o ponto número um da próxima Assembleia Municipal ainda em maio.-----

---JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD) - Nada a opor, senhor presidente. Da nossa parte, se não houver inconveniente também da Câmara Municipal quanto ao funcionamento do órgão, nada a opor.-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JOÃO NASCIMENTO – Senhora vereadora? Obrigado pela sugestão, senhor deputado.-----

---A Mesa propõe então, de acordo com esta interpelação do senhor deputado Jorge Paulo Oliveira, que o ponto treze da ordem de trabalhos possa passar para a próxima sessão da Assembleia Municipal, figurando como o primeiro ponto da ordem de trabalhos da próxima sessão da Assembleia Municipal, que presumivelmente será ainda em maio e termináremos por aqui esta sessão. -----

---Alguém vota contra? Alguém se abstém? Muito bem, foi aprovado por unanimidade, assim será. -----

-----DEPOIS DA ORDEM DO DIA -----

---Não houve intervenção do público.-----

-----***APROVADAS EM MINUTA DE ATA AS DELIBERAÇÕES TOMADAS.***-----

---E nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada às zero horas e trinta e cinco minutos. -----

-----O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

----- O 1.º SECRETÁRIO -----

----- A 2.ª SECRETÁRIA -----

---Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos: -----

---Registo de presenças; -----

---Documentos referentes aos pontos um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze e treze. -----

dez, onze e doze. -----



A series of 20 horizontal dashed lines, evenly spaced, providing a template for handwritten text.